ISSN 2184-6456

APU | Associação Portuguesa de Urbanistas

CADERNOS DE URBANISMO

TEXTOS DAS COMUNICAÇÕES DO 1º CONGRESSO DA APU

\\ Sonhar o nosso futuro - a planear é que a gente se entende
Paula Pacheco

\\ Homenagem a Luís Vassalo Rosa
Paulo V. D. Correia

\\ Planos e avaliação pública do solo
Jorge Carvalho

\\ Inteligentes ou humanas: Cidades para as pessoas
Margarida Campolargo

\\ O Mundo ao contrário - Uma reflexão sobre as alterações climáticas e o envolvimento dos cidadãos
Sara Santos Cruz

\\ Urbanismo e alterações climáticas
Miguel Amado

\\ Smart Cities
José Rio Fernandes

\\ A Escola de Planeamento Territorial de Aveiro - Breve perspectiva histórica com vista para o futuro
Artur da Rosa Pires

\\ Desafios ao Urbanismo ou aos Urbanistas?
João Ferrão

3



EDITORIAL

O sistema de planeamento e ordenamento do território tem uma utilização reduzida e está asfixiado por um excesso jurídico e administrativo que o transforma num obstáculo à prática do urbanismo e ao desenvolvimento.

Programas e planos carecem das alterações que dissolvam a viscosidade que atrasa a sua elaboração em tempo útil.

Ao longo das últimas décadas, apesar dos esforços, a pouca prática de planeamento não tem sido suficiente para construir um território adequadamente ordenado, como lamentavelmente se vê nas áreas infraestruturadas e não utilizadas, nos espaços livres entre as áreas urbanizadas, no número e dimensão dos incêndios, na multiplicação de esporões e acidentes no litoral, ou nos tempos e custos gastos em deslocações diárias ou ocasionais no acesso ao ensino, trabalho e aquisição de bens e serviços, por exemplo.

O I Congresso da Associação Portuguesa de Urbanistas (APU) (que realizámos em novembro de 2019) visou precisamente sinalizar a necessidade de potenciar o Urbanismo na promoção de uma interação qualificada entre Sociedade e Território, e estimular o papel do Urbanista como fator chave para a existência de um território qualificado e sustentável.

A APU propõe a atualização de reflexões sobre urbanismo, Instrumentos de planeamento, alterações climáticas, territórios digitais, demografia e cooperação transfronteiriça.

Os urbanistas portugueses ambicionam fazer do ordenamento do território e planeamento urbanístico uma ferramenta para a redução de emissões, e constituírem-se parte ativa na preparação de um futuro enquadrado na Nova Agenda Urbana/Habitat III, com vista a responder aos imperativos de combate a uma catástrofe climática que poderá levar ao desaparecimento de urbes na foz e estuários de rios de Portugal.

Os resultados das más práticas estão ainda traduzidos na relação distorcida entre o Planeamento Urbanístico e o setor financeiro, com ativos muitas vezes especulados a caucionar o crédito hipotecário.

O urbanismo serve o interesse público na contribuição que garante à qualidade de vida das populações e à criação e manutenção de um ambiente humano e ecologicamente equilibrado. Enquanto catalisador do mercado imobiliário, tem condições para intervir através de Planos destinados a uma valorização rentável do Território.

Os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) são veículo para a aplicação consequente da integração das transformações tecnológicas, assim como das medidas mitigadoras de adaptação às alterações climáticas ou da igualdade de género.

A Reabilitação Urbana e o retorno ao centro das cidades, para acabar com o abandono destas áreas que deixaram de responder às necessidades contemporâneas, permanece um assunto central.

Um desafio desta complexidade carece do esforço e envolvimento das entidades públicas e privadas, dos cidadãos e consequentemente dos Urbanistas que com a sua experiência e saber fazem a síntese integradora de todos os contributos setoriais.

As restrições que enfrentamos hoje, nomeadamente a necessidade de ficar em casa, expuseram e acentuaram, entretanto, assimetrias sociais e sinalizaram a urgência de voltar a incluir na agenda a adoção de políticas há quase uma década negligenciadas entre nós na estrutura dos governos.

O termo CIDADE desapareceu em 2011 da agenda política e da designação das secretarias de estado em Portugal, e os decisores necessitam do conhecimento e da participação e experiência do Urbanismo para o planeamento e gestão das atividades humanas no território e nas cidades.

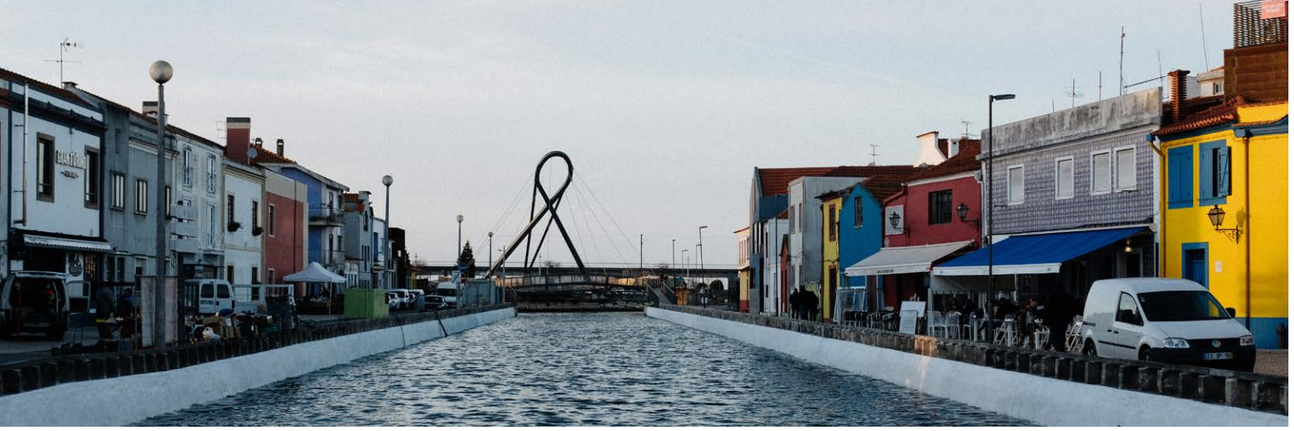
Os desafios que enfrentamos obrigam-nos a pensar em novos paradigmas, e a adotar políticas capazes de enquadrar a atuação humana nas exigências da nova normalidade.

As recomendações da Direção Geral de Saúde para a luta contra a propagação do vírus Covid-19 vieram ditar, entretanto, o encerramento temporário da sede da APU, o adiamento de eventos e da realização da Assembleia Geral da Associação, colocando em espera os desenvolvimentos relacionados com a aprovação dos Estatutos, bem como a realização das eleições para a sua nova liderança.

Estamos todos a fazer o caminho para o regresso célere e integral!

Luis Pedro Cerqueira

[Presidente da Associação Portuguesa de Urbanistas]



TEXTOS DE

OPINIÃO

Artur da Rosa Pires

[Engenheiro Civil, Universidade de Aveiro]

Escola de Planeamento Territorial de Aveiro. Breve perspectiva histórica com vista para o futuro

1. As Origens e os Princípios Orientadores da Formação em Planeamento.

As origens da Escola de Planeamento Territorial de Aveiro situam-se de facto nos primeiros anos da criação da própria Universidade de Aveiro (1973). Foi ainda na segunda metade dos anos setenta que se tomou a iniciativa de oferecer a formação em Ciências Ambientais, na altura com duas componentes essenciais: uma focada em questões tecnológicas, no âmbito de uma preocupação então dominante de combate à poluição associada às dinâmicas de crescimento, e outra componente voltada para o estudo e qualificação da relação entre a sociedade e o "meio-ambiente", no que hoje provavelmente se designaria como a procura de um modelo de desenvolvimento mais sustentável. A primeira dessas componentes veio a dar origem à Licenciatura em Engenharia do Ambiente e a segunda à Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano, criada em 1983, o primeiro curso neste âmbito a ser oferecido em Portugal a nível de formação inicial.

As ideias estruturantes da formação em Planeamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro (UA) ficam muito a dever ao apoio do Prof. Valente de Oliveira, na altura coadjuvado pelo Prof. João Pedro Guimarães, ambos com formação em Planeamento do Território obtida na Holanda. Alinhados com as orientações estabelecidas pelos responsáveis da UA, privilegiaram o modelo anglo-saxónico de planeamento, com uma forte componente de ciências sociais aplicadas. Estabeleceram-se nessa altura três áreas científicas a serem aprofundadas e integradas: a do Planeamento Ambiental, a do Planeamento Regional e Rural e, também, a das Políticas Urbanas, que se pretendia que fosse para além do "urbanismo" (no sentido mais restrito de desenho urbano). Foram convidados três engenheiros civis para dar corpo a esta tarefa, dois deles realizando, não por mera coincidência, os respectivos doutoramentos no Reino Unido (o colega Paulo Pinho na componente ambiental e o autor deste texto na área do planeamento regional e rural) e a colega Isabel Breda Vasquez na área das políticas urbanas, doutorando-se na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Este enquadramento permitiu a criação de linhas orientadoras que ainda hoje são perceptíveis, ainda que com contornos mais diversificados (e actualizados), na formação oferecida na Universidade de Aveiro.

2. Factores identitários e, em certa medida, distintivos da Escola de Planeamento de Aveiro.

Em termos de conteúdo formativo, o que ficou dito nos parágrafos anteriores identifica três vertentes essenciais que ainda hoje estruturam a formação e investigação desenvolvida na UA, a que se deverá acrescentar duas outras áreas que se foram gradualmente afirmando: a do Projecto Urbano, muito como resposta às expectativas e exigências do mercado de trabalho contemporâneo mas sempre procurando ver a cidade numa diversidade de perspectivas, não apenas segundo uma "normativa" do que a cidade deveria ser, e a dos Métodos de Apoio à Decisão, designadamente como forma de qualificar a fundamentação das políticas públicas, no âmbito demográfico mas não só. Acresce o relevo e a atenção dada à Teoria do Planeamento, sobretudo na perspectiva da reflexão sobre a prática profissional e sobre o(s) contexto(s) em que é exercida, permitindo abrir uma discussão, fomentar uma perspectiva crítica e expandir conhecimentos sobre a natureza, âmbito e propósito da actividade planeamento territorial. Naturalmente, está presente o objectivo formativo fundamental de estimular o "profissional reflexivo", atento às implicações da sua actividade na qualidade de vida da sua comunidade e da sociedade em geral. Em certa medida, é também a rejeição de uma perspectiva simplista de que o planeamento se reduziria à aquisição da capacidade de aplicação de um conjunto de técnicas e/ou de observância (ou produção) de legislação relevante. Por outras palavras, promovia-se a relação estreita entre planeamento e sociedade, na tradição das ciências sociais aplicadas que caracteriza a abordagem anglo-saxónica e respeitava-se a ideia fundacional da Escola na UA.

Uma outra dimensão fundamental da Escola de Aveiro, desde o seu início, foi a de estabelecer uma forte relação com as suas congéneres europeias e de se apoiar nessa relação para consolidar as vertentes de conteúdo curricular, pedagógicas e de investigação. A UA é membro fundador da Associação Europeia de Escolas de Planeamento (AESOP), em 1988, assumindo um papel activo nas dinâmicas iniciais da AESOP, tendo-se realizado em Aveiro, em 1998, o 12º Congresso da Associação. No quadro dos contactos então estabelecidos, aderiu no início da década de noventa a uma rede internacional informal de Escolas de Planeamento, então coordenada por Louis Albrechts, que desenvolveu múltiplas actividades, designadamente no âmbito do Programa ERASMUS. Esta rede foi fundamental para consolidar o projecto pedagógico e formativo da UA (e.g. Rosa Pires e Rodrigues, 2019) e ainda hoje se mantém activa, ainda que mais alargada do ponto de vista institucional e com um padrão de actividades mais diversificado. Paralelamente, as dinâmicas de investigação acompanharam sempre esta perspectiva de integração em espaços internacionais, quer em termos de temáticas então emergentes mas de âmbito convencional, como o planeamento estratégico territorial, quer noutros âmbitos menos convencionais, como o da inserção de estratégias territoriais de inovação em políticas de desenvolvimento regional.

Uma terceira dimensão merecedora de destaque, aliás



alicerçada e apoiada por uma cultura que desde sempre foi cultivada na Universidade de Aveiro, prende-se com a responsabilidade cívica da Escola e a sua relação com a sociedade. São vários os projectos marcantes neste âmbito, desde a colaboração iniciada ainda na década de oitenta com o Gabinete da Ria, então coordenado pelo Prof. Carlos Borrego, cujos trabalhos vieram a dar origem à formação da Associação de Municípios da Ria, até à elaboração de Planos Estratégicos Municipais no final dos anos noventa (em Ílhavo, Águeda e Estarreja), passando pela participação na elaboração do Compêndio de Sistemas de Planeamento na União Europeia, em 1994, trabalho então promovido pela própria Comissão Europeia.

Uma nota final para a influência do processo de Bolonha, que introduz um ciclo inicial de formação com apenas três anos, considerado na altura em Aveiro, tal como em muitas outras Escolas Europeias, insuficiente para proporcionar a formação em Planeamento do Território na perspectiva anteriormente descrita. Tomou-se então a decisão de abdicar de um ciclo inicial autónomo, criando-se um "menor" no âmbito de um curso de Licenciatura em Administração Pública, de uma formação a nível de Mestrado especificamente em Planeamento Regional e Urbano e de uma participação a nível de um Programa Doutoral em Políticas Públicas.

3. Tendências actuais com projecção para o futuro.

Um breve olhar sobre as dinâmicas recentes e a sua perspectiva de projecção para o futuro, faz descortinar três áreas de actividade que, a nosso ver, são bem merecedoras de destaque. Uma primeira prende-se com a "actualização" das vertentes estruturantes da Escola. Por exemplo, há hoje uma preocupação com a inserção das temáticas associadas às alterações climáticas, à pegada ecológica municipal e à mobilidade sustentável nas políticas públicas territoriais e designadamente das políticas urbanas. Há também uma atenção crescente às políticas territoriais de inovação como factor de suporte a uma competitividade territorial aferida pela inclusividade social, pela sustentabilidade ambiental e pela coesão territorial, para além da dimensão económica naturalmente associada a esta temática. Um esforço que não é uma mera extensão ou evolução das perspectivas anteriormente adoptadas mas é antes a procura de introdução de ideias novas, questionando o adquirido e construindo um futuro que não é uma mera continuidade do passado.

Uma segunda área de actividade partilha algumas características com a anterior. Trata-se de uma preocupação crescente com a importância da dimensão pedagógica para, a par com os conteúdos formativos, proporcionar o quadro de conhecimento, de competências e de atitudes essenciais para o profissional de planeamento contemporâneo. A percepção dos desafios do planeamento territorial contemporâneo, a par do contexto evolutivo da sociedade e dos desafios societais globais, e também o perfil do aluno que hoje se apresenta à formação superior, coloca exigências formativas que reconhecidamente vão muito para além da dimensão cognitiva. A vertente (de inovação) pedagógica assume assim uma centralidade que tem implicações ainda não totalmente exploradas e apreendidas, mas que não tem sido desvalorizada em Aveiro. Um bom exemplo é a criação de um Laboratório Cívico, com o fomento (da aprendizagem) da co-produção de conhecimento e da transdisciplinaridade, alargando também o espaço de aprendizagem para além das fronteiras físicas da Universidade. O "espaço público" de intervenção do planeamento é hoje mais "intenso", mais participado, mais "disputado" em termos de objectivos e de tipos de conhecimento pertinente - um espaço com características marcadamente diferentes das que foram assumidas num passado não muito distante. Colocam-se assim desafios ao profissional de planeamento que exigem um contributo decisivo da pedagogia para a sua formação, razão pela qual esta tem vindo a merecer uma atenção crescente e absolutamente necessária e exigível a nível da formação superior.

Uma terceira área de actividades, também em sintonia com as anteriores, prende-se com a relação entre Território e a qualificação das Políticas Públicas. Aparentemente, o tema extravasa o âmbito restrito do Planeamento. Mas de facto é hoje ineludível que o território é muito mais que um suporte físico, sendo sobretudo um factor integrador de várias políticas públicas e de dinâmicas de governança indissociáveis da evolução da sociedade – ainda que com níveis de intensidade que podem variar no território e no tempo. Acresce que o próprio território tem hoje uma dimensão "relacional" que, em determinadas questões, assume relevância idêntica ou superior à da contiguidade física, fazendo apelo a políticas de desenvolvimento com incorporação de preocupações e dimensões anteriormente não consideradas e, consequentemente, não ponderadas. As políticas de desenvolvimento, por sua vez, assumem frequentemente uma dimensão multi-escalar cujas implicações têm que ser equacionadas, apreendidas e operacionalizadas. É interessante ver como algumas unidades curriculares abraçam estes desafios e vão procurando introduzir estes novos quadros de referência, muitas vezes alicerçados em projectos de investigação e/ou redes internacionais. Um caminho promissor, que está a ser percorrido.

Uma nota final para dizer que, até pelo que ficou acima exposto, não se exclui num futuro próximo a introdução de alterações no quadro da oferta formativa, quer construindo sobre o conhecimento adquirido na "parceria" com as áreas formativas em Administração Pública e em Políticas Públicas quer através de outras parcerias inter-institucionais. Um sinal de vitalidade que se registo com muito agrado, particularmente num momento em que se aproximam as comemorações de quatro décadas de formação em Planeamento Territorial na Universidade de Aveiro.



TEXTOS DE OPINIÃO

Paula Pacheco

[Urbanista, Direção da Associação Portuguesa de Urbanistas]

Apresentação do livro *"Sonhar o nosso futuro… A Planear é que a gente se entende"*

É com muito gosto que estou aqui, hoje, a apresentar este livro "Sonhar o nosso futuro… A Planear é que a gente se entende", que junta um grupo de textos e reflexões do Professor Manuel da Costa Lobo, um nome incontornável do Urbanismo em Portugal e fora de Portugal.

No ano em que faria 90 anos e seis anos passados do falecimento do Professor Manuel da Costa Lobo foi agora possível com todo o empenho da família e especialmente da filha Isabel Maria da Costa Lobo recolher este pequeno mas tão importante testemunho que o Professor preparou para a população de Santa Maria da Feira e que agora é divulgado através deste livro no 1º Congresso da Associação Portuguesa de Urbanistas.

Esta Associação juntou três associações que se dedicavam ao desenvolvimento da prática do urbanismo e ao enquadramento associativo dos Urbanistas e para a qual o Prof. Costa Lobo tanto trabalhou e incentivou, iniciando esse processo no inicio da década de 2000, pois tinha bem presente a importância de uma Associação de Urbanistas forte e representativa para termos um melhor Urbanismo e Planeamento do Território.

Ao iniciar a apresentação deste livro gostaria de vos dar a conhecer um pouco quem era o Professor, através de dois extratos redigidos por duas pessoas que o acompanharam em termos profissionais e pessoais:

O Arquiteto Luís Vassalo Rosa, no dia da constituição da Associação Portuguesa de Urbanistas a 18 de dezembro de 2017, ao propor o Professor Costa Lobo para membro honorário nº 1 da APU, escreveu: "Ele que sempre cultivou o espírito de permanente intercâmbio cultural e profissional, sempre atento e aberto aos outros, sempre preocupado em transmitir e partilhar o seu saber dia a dia e sem fronteiras, sempre com uma visão da complementaridade e fraternidade. É sobretudo pela reivindicação do papel do urbanista na sociedade, pelo assumir a autonomização do urbanista como profissional distinto dos demais profissionais e pela frontalidade das suas propostas, associada à sua inteireza e tenacidade cívica, à sua riqueza cultural e humanística e à sua permanente disponibilidade."

Escreve Isabel, na Homenagem que faz ao Pai e Professor, no início do livro: "Além de pessoa sabedora e verdadeiramente interessada, de alma e coração na sua profissão de Urbanista e na real defesa dos interesses das populações e do seu bem-estar e qualidade de vida, assim como do correto desenvolvimento das cidades, procurando identificar-se com os seus problemas e aspirações, transparece sempre uma Confiança e uma Fé num futuro que pode ser melhor, acreditando na Vida, nas pessoas, nas instituições e sempre pronto a recomeçar e tentar mais uma nova 3ª solução, se as anteriores não funcionassem ou não tivessem sido aceites pelas partes. O seu poder criativo e imaginação, para tentar resolver problemas e pôr as pessoas de acordo, era ímpar".

Este é o Professor Costa Lobo que muitos de nós conhecemos! Este livro é o resultado de uma parceria da Associação Portuguesa de Urbanistas e da Fundação Serra Henriques,

pelo seu trabalho importantíssimo, a quem se agradece esta oportunidade de divulgação científica, que tanto pode apoiar os profissionais como a população em geral pela linguagem simples de tratar e apresentar os temas e os problemas urbanísticos, muitas vezes com recurso a esquemas e imagens, para melhor entendimento.

O Livro "Sonhar o nosso futuro … A planear é que a gente se entende" resulta da compilação de 48 artigos publicados no Jornal "Terras da Feira", entre 1 de Fevereiro de 2006 e 27 de Julho de 2007, altura em que o Professor Costa Lobo foi Urbanista Consultor da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e responsável da Revisão do seu PDM, entre 2003 a 2013.

Estes artigos surgiram da necessidade, que o Professor sentiu, de fazer chegar à população o que é o Planeamento Urbano. De aproximar o planeamento urbano ao cidadão, de todos falarem a mesma linguagem, de dar a conhecer os conceitos da disciplina do Urbanismo e como refere a Isabel na introdução "os temas são tão vários e apesar de terem sido escritos há mais de 10 anos, continuam atuais".

Esta publicação divide-se em 3 partes:

uma 1ª parte que reúne um conjunto de ideias, conceitos e modelos desenvolvidos pelo Prof. Costa Lobo, que tantas vezes mostrou e explicou nas suas aulas, congressos e encontros;



uma 2ª parte, constituída pelos artigos publicados no jornal de Stª Maria da Feira;

e uma 3ª parte, com um resumo biográfico do percurso profissional do Prof. Costa Lobo que não só refere os principais momentos, funções, cargos e publicações como os enquadra nas suas ideias e conceitos, nalguns casos pioneiros e reflecte de certo modo a história do próprio Urbanismo em Portugal.

Logo no primeiro artigo percebe-se como o Professor Costa Lobo se identificava com a população e o território. Era a primeira tarefa que fazia sempre que iniciava um plano e simultaneamente partilhava com os técnicos e a população, todo o seu conhecimento e os seus sonhos, o que tão bem sabia fazer. Pede mesmo que a população transforme aquela coluna de jornal num local de troca de ideias com espaço para as cartas do leitor, prometendo que seriam sempre respondidas.

Ao longo dos 48 artigos, diversos foram os temas abordados: a floresta, as áreas centrais, a habitação e sua tipologia, os índices na gestão urbanística, as taxas de urbanização, a participação, a indústria e os recursos naturais, a estrutura verde, os problemas regionais, o turismo, o crescimento populacional, o peão, as imagens e os símbolos da cidade, o calor e o frio, o sol e a chuva, a árvore, o despovoamento, os carros e o estacionamento, os largos e as praças, a indústria, o emprego e a educação.

A diversidade de temas é imensa! A atualidade notória! Estes são temas que hoje nos entram todos os dias, nas nossas casas através dos meios de comunicação social.

A visibilidade maior! Como escreveu a responder a uma carta de um leitor: cito "de facto, ao escrever para o jornal procurei cumprir uma missão que considero hoje de grande importância, ou seja, tornar-me mais visível! É muito mais cómodo para o urbanista manter-se no anonimato ou pouco visível. Os políticos que se entendam entre si e com a população… Só que esta posição não seria, a meu ver, correta. Há que fazer todos os esforços para mostrar à população que existimos e que estamos dispostos a dar a cara, com todos os custos e dificuldades que isso tem."

Para além destes artigos, a Isabel procurou dar a conhecer algumas linhas de pensamento e conceitos do urbanismo, que muitos de nós assistimos nas suas aulas de licenciatura e de mestrado, nas conferências, nas reuniões e nos passeios. O Professor era assim, aproveitava todas as oportunidades para ensinar, para contar uma história de algo que lhe tivesse acontecido ou aprendido nas suas inúmeras viagens ao estrangeiro para Congressos ou reuniões de trabalho ou ainda para refletir nas grandes questões da vida.

Muitos desses conceitos têm imagens associadas. O Professor "sempre gostou de apresentar e ilustrar as suas ideias com desenhos e/ou esquemas, defendendo que o "Pensamento Visual" era uma grande ajuda tanto para ensinar e explicar como para encontrar soluções para os vários problemas/questões urbanísticas e na própria elaboração de Planos", escreve Isabel Costa Lobo.

Dos muitos conceitos e temas disponíveis, no livro encontramos nove conceitos que acompanharam toda a carreira de ensino e carreira profissional do Professor, dos quais destaco cinco:

// As **Dimensões Humanas** – escreve o Professor: se as questões urbanas têm a ver com as sociedades e com as suas populações então todas as dimensões humanas têm que ser tidas em conta. Com estas dimensões é possível ao Urbanista entender as populações e os territórios e… sonhar em Planear.

// Os **Urbanistas e os Políticos** – o papel de cada um e a diferença entre ambos; Dizia: "A principal diferença entre os urbanistas e os políticos, para lá da diferente formação, é que aos políticos cabe o poder de decisão, enquanto aos urbanistas cabem funções de aconselhamento e mediação activa, as 3ªs soluções".

// A **Passagem de Testemunho** e a Formação dos Urbanistas – qual o tipo de Formação é que os Urbanistas devem ter, as disciplinas que devem estudar e a noção de uma Formação Permanente e contínua; Defendia que "não se pode ficar "preso" nos Planos, não se pode fechá-los numa gaveta ou num gabinete, o Plano tem que passar (do Urbanista para o Projetista), tem que ser mostrado e explicado e o Urbanista tem essa obrigação"

// Os **Profissionais-Ponte** – a importância destes Profissionais e o seu papel que; "… para tornar o processo de planeamento mais expedito e eficaz, há que procurar, em cada serviço sectorial, a formação de especialistas com uma educação complementar, visando prepará-los para a função de PROPON, ou seja, Profissionais-Ponte. Estes profissionais, pela sua cultura inter e transdisciplinar, tornam-se elementos da maior utilidade para o acelerar do processo de planeamento… para não ter que se dialogar de cada vez que há contactos e/ou reuniões com profissionais diferentes que não estão ao corrente de todo o processo."

O último conceito que destaco é o Modelo do Super-Pé.

Propunha o Prof que, para tirar partido, da economia e organização dos transportes, e de todas as potencialidades do peão; este modelo tinha como objetivos: Aumentar a percentagem dos cidadãos que se deslocam a pé; Aumentar a distância máxima das deslocações a pé dos cidadãos sem que estes fiquem cansados e aumentar a velocidade média das deslocações pedonais; Conseguir maior conforto para os peões; Contribuir para a melhor saúde dos cidadãos; Aumentar a acessibilidade; Organizar circuitos de deslocação a pé com dispositivos que permitam ultrapassar dificuldades.

Reconhecem?

O que vemos hoje nas nossas cidades?

Peões. Bicicletas. Transportes públicos mais acessíveis. Escadas rolantes e elevadores nos espaços públicos.

Pergunto: É ou não atual o Modelo do Super-pé?

E mais não digo….

Convido-os a ler o livro.

Os ensinamentos são muitos. A atualidade é incrível.

Há que saber ler e sentir!

Muito obrigada Isabel pela recolha destes textos, muito mais há a fazer com o enorme espólio que o Professor deixou e que está ainda por tratar. Esta é uma ínfima parte!

Obrigada!



TEXTOS DE

OPINIÃO

João Ferrão

[Geógrafo, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa]

Desafios ao Urbanismo ou aos Urbanistas?

Este Encontro tem um valor simbólico óbvio: trata-se do primeiro organizado pela Associação Portuguesa de Urbanistas (APU), criada recentemente através da fusão voluntária de três associações profissionais com intervenção neste domínio. O Encontro foi rico em exemplos de desafios que se colocam ao urbanismo e aos urbanistas. Sendo este o primeiro evento de âmbito nacional da APU, é sobretudo a esta associação - ou seja, à sua direção e aos seus associados – que se justifica dirigir algumas interrogações com o objetivo de suscitar uma reflexão conjunta sobre o futuro do urbanismo, enquanto conhecimento e prática, e dos urbanistas, como comunidade autónoma, qualificada e socialmente reconhecida.

As questões relevantes e os desafios prioritários têm uma natureza distinta conforme os destinatários. Para dentro da APU (associados), importa perceber como mobilizar e federar uma comunidade estruturalmente heterogénea. Para fora da APU (outros profissionais e sociedade em geral), interessa construir uma voz coletiva que se faça ouvir na sua visão própria e singular, distinta de outras comunidades profissionais. Estes aspetos foram sendo abordados por vários dos oradores anteriores. Limito-me, pois, a salientar algumas questões que me parecem de particular relevância.

Talvez a tarefa mais urgente da APU seja construir um roteiro, uma agenda de trabalho a desenvolver coletivamente, que, com base no envolvimento de urbanistas com formações de base e experiências profissionais diversas, permita elaborar um diagnóstico estratégico expedito e, a partir daí, identificar um programa indicativo de ações e alianças profissionais e institucionais a desenvolver ao nível nacional e internacional.

Existe hoje um sentimento bastante partilhado de que o urbanismo está em crise. Essa crise parece refletir crises mais amplas – por exemplo, da função de planeamento ou das leituras holísticas do território -, mas também fatores internos, como a integração insuficiente e tardia do ensino de urbanismo em cursos disciplinares (arquitetura, engenharia, geografia, etc.) ou a excessiva segmentação interna da comunidade dos urbanistas. Esta crise constituirá, talvez, uma das explicações para o facto de, presentemente, as gerações mais jovens não verem no (bom) urbanismo uma causa na qual vale a pena empenharem-se e pela qual se justifica lutar.

Esta situação de não valorização e reconhecimento, mais do que um desafio, deve representar um repto que os urbanistas e a APU não podem ignorar. Na verdade, essa situação deve ser lida, simultaneamente, como uma oportunidade para nos reinventarmos face a nós próprios e aos outros, e também como uma responsabilidade adicional num período em que assistimos à afirmação de formas diversas e cada vez mais sofisticadas de verdadeiro urbanicídio. Os efeitos perversos da crescente financeirização da produção dos espaços urbanos, a nova onda de expulsão das classes populares para as periferias estimulada pelo avanço da turistificação dos centros históricos das cidades, o agravamento das dinâmicas de segregação socio espacial em meio urbano ou os efeitos das alterações climáticas, para dar apenas alguns exemplos, são temas recorrentemente tratados na comunicação social e, portanto, bem conhecidos do grande público.

Há cerca de 50 anos Henri Lefebvre lançou um debate sobre o direito à cidade que ainda hoje perdura. Mas, no final dos anos 1960, o direito à cidade era sobretudo o direito a aceder a uma sociedade democrática, às infraestruturas e aos equipamentos do estado social, a empregos estáveis, enfim, a fatores de emancipação individual e social a que os protagonistas do êxodo rural ou os imigrantes do Sul da Europa e do Magrebe não tinham acesso nas regiões ou países de origem. Entretanto, as cidades, e sobretudo as metrópoles, passaram do estatuto de herói, de espaço social e político de emancipação, para o de vilão, tanto na ótica dos perdedores da globalização residentes nas pequenas cidades e áreas rurais, como na perspetiva dos que percebem que o planeta Terra está a atingir níveis preocupantes de insustentabilidade. Para os primeiros, as grandes cidades concentram as classes odiadas: a elite política, vista como corrupta, a elite financeira, considerada como cleptoparasita, e os imigrantes, acusados de polarizarem apoios públicos em seu detrimento. Quanto aos segundos, não se cansam de relembrar que as cidades, apesar de ocuparem apenas 3% da superfície terrestre, concentram mais de metade da população mundial, são responsáveis por cerca de 60% das emissões de gases com efeito de estufa e consomem perto de 76% dos recursos naturais do planeta. Isto é, as tendências de urbanicídio, a agravarem-se, rapidamente se transformarão em fatores poderosos de planetocídio.

Esta é a referência a partir da qual deveremos perguntar: que contributo podem dar o urbanismo, como conhecimento e prática, e os urbanistas, como profissionais, para a construção coletiva de uma agenda transformadora, eticamente responsável, das cidades e da condição urbana? É tempo de inventarmos novas utopias urbanas – as quais, na verdade, são, como sempre foram, utopias societais - que procurem ir além das necessárias (indiscutíveis) de soluções adaptativas assentes em novas tecnologias e em formas de gestão e planeamento mais participadas e eficientes, adotando perspetivas que não poderão deixar de ser disruptivas em relação a muitos aspetos dos atuais modelos de produção e de consumo, em suma, de crescimento e desenvolvimento. Em períodos como o que vivemos atualmente, o futuro não pode ser um mero prolongamento do presente, ainda que melhorado ao retirar benefício de diferentes fatores de progresso. O futuro é um horizonte estratégico desejado, em direção ao qual é necessário construir caminhos – e soluções urbanas – que permitam atingir os objetivos visados.

Para contribuir para a construção desta agenda urbana transformadora, que nunca poderá ser tarefa de um único grupo profissional ou mesmo de um grupo restrito de disciplinas, os urbanistas, e as organizações de natureza associativa, académica ou outra que os apoiam, têm de dar passos decisivos em três direções.

Em primeiro lugar, transformar a sua diversidade interna não numa fonte de fragmentação, competição e incomunicação, mas, pelo contrário, num fator-chave para a consolidação do urbanismo como um domínio estruturalmente policêntrico e dialógico, federado, a montante, por uma base teórica comum, e, a jusante, por práticas partilhadas. A APU pode desempenhar um papel relevante em relação a este aspeto, através, por exemplo, da produção e indicação de um conjunto básico de referências bibliográficas que sejam comuns às várias áreas disciplinares com ensino de Urbanismo, ou da organização de ações de formação em torno de questões que convocam os conhecimentos de urbanismo na sua máxima amplitude, ou seja, do projeto urbano ao urbanismo em sentido restrito e ao planeamento territorial às suas várias escalas.

Em segundo lugar, os urbanistas devem ser permeáveis aos novos temas emergentes, trazendo-os para o urbanismo ao mesmo tempo que levam o urbanismo para quem trabalha nesses temas. O exemplo mais claro é, talvez, o das alterações climáticas, onde é difícil imaginar qualquer estratégia de adaptação que não inclua uma dimensão urbanística. Mas o mesmo se poderá dizer de outros temas transversais, como a qualidade de vida ou o bem-estar físico e emocional, sem que isso signifique adotar ou defender qualquer visão determinista da organização territorial em relação ao funcionamento das sociedades e das economias.

Finalmente, os urbanistas deverão investir nas relações que lhes permitam construir a totalidade da cadeia de valor que vai da informação, do conhecimento, das competências e das práticas à sabedoria. Hoje temos fontes e tecnologias de informação inimagináveis há poucas décadas; a produção de conhecimento disciplinar e interdisciplinar sobre os processos de urbanização e as cidades é tão elevada que deixou de ser possível acompanhá-la numa base individual; as competências genéricas (soft skills), sobretudo de natureza relacional (mobilização, mediação, concertação), têm vindo a ser apuradas no âmbito das diferentes experiências de planeamento participativo; e mesmo as práticas, embora insuficientemente estudadas e avaliadas, quer em si mesmo quer no que diz respeito aos seus resultados e impactos, têm sido alvo de sistematizações e guias de diverso tipo que procuram identificar as suas potencialidades, debilidades e limitações em diferentes contextos geográficos, institucionais e culturais. Investir na qualificação das relações entre informação, conhecimento, competências e práticas é fundamental. Mas a cadeia de valor do urbanista apenas estará completa com a última fase, a da sabedoria, baseada num longo acumular de experiências de vida, profissionais e pessoais, necessariamente singulares e, por isso, dificilmente replicáveis. Dos que conseguiram atingir essa fase espera-se agora que transformem a inicial cadeia de valor linear num círculo virtuoso coletivo, inspirando e sugerindo novas fontes e novos tipos de informação, conhecimento, competências e práticas tendo como horizonte estratégico o dever ético de contribuir para a referida agenda transformadora das cidades em nome de um futuro urbano – e, por isso, societal – mais democrático, justo e duradouro. Em síntese, uma nova conceção do direito à cidade, que se oponha, com eficiência e saber, às tendências urbanicidas e planetocidas a que hoje assistimos.



TEXTOS DE

OPINIÃO

Paulo V. D. Correia

[Presidente da Assembleia Geral da APU, Instituto Superior Técnico]

Homenagem a Luís Vassalo Rosa

Conheci Luís Vassalo Rosa quando da fundação da Sociedade Portuguesa de Urbanistas, em 1983. Nunca trabalhei directamente com ele, mas teria certamente aprendido com ele muitas coisas interessantes e úteis.

A diferença de idades fez com que ele sempre achasse que eu era ainda um jovem, embora sempre nos tratássemos como iguais, conversando abertamente, com calma e dando valor ao tempo.

Mas antes de falar sobre o seu pensamento, valerá a pena recordar o seu percurso profissional.

Licenciou-se pela ESBAL, começando a sua atividade profissional em 1957.

Em 1973 fez uma especialização posgraduada em Planeamento Urbanístico na Universidade de Sussex e ainda estágios em Espanha, França, Alemanha e Estados Unidos da América. Sempre reconheceu que ser arquiteto não é suficiente para ser urbanista. Entendia o urbanismo como o 'cimento da cidade'. E para tal sempre defendeu que fosse feito por equipas multidisciplinares constituídas pelos profissionais mais competentes.

Teve uma longa e diversificada careira profissional:

Trabalhou com Raul Chorão Ramalho entre 1959 e 1961.

Em 1961 trabalhou na Brigada de Estudos e Construções de Obras Públicas no Estado Português da Índia.

Em seguida trabalhou com Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas (1961-1962).

Trabalhou 6 anos no Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa.

No Fundo de Fomento da Habitação foi Chefe de Divisão de Urbanização e Edifícios entre 1969 e 1979.

Em seguida foi Diretor do Departamento do Novo Centro Urbano no Gabinete da Área de Sines (1980 – 1984).

Entre 1985 e 1991 foi Chefe do Departamento de Estudos Habitacionais e Asessor no Insitituo Nacional de Habitação.

Entre 1993 e 1999 foi Diretor dos Serviços de Planeamento e Gestão Urbanística da Parque Expo 98, S.A.

Trabalhou também como urbanista profisional liberal desde 1982.

Como Professor Convidado, lecionou nos cursos de pós-graduação em Planeamento Urbanístico e Projeto de Áreas Habitacionais na FAUTL, no IST e na FEUP.

Como urbanista, destacam-se os seguintes trabalhos:

Coordenador do Plano de Urbanização da Expo'98 e sua gestão, tendo assumido depois o cargo de Diretor de Serviços de Planeamento e Gestão Urbanística da Parque EXPO 98.

Como Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico e Edifícios do Fundo do Fomento da Habitação/MOPTC, desenvolveu importantes estudos e foi responsável pelo Plano Integrado de Almada Monte da Caparica.

Como Diretor do Departamento do Novo Centro Urbano de Santo André, do Gabinete da Área de Sines/MPAT, foi responsável pela revisão do Plano de Urbanização da Nova Cidade de Santo André.

Foi Assessor do Secretário de Estado da Habitação e coordenador das equipas de diversos Planos Diretores Municipais, Planos Estratégicos, Planos de Urbanização, Planos de Pormenor e Projetos de Loteamento Urbano.

Desenvolveu ainda trabalho no Brasil como coordenador do Projeto de Renovação Urbana da Frente Urbana Atlântica dos Centros Históricos de Recife e de Olinda.

Foi vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa após o 25 de Abril e Presidente da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia.

Como arquiteto projetista recebeu o Prémio Valmor (1975) como coautor da Igreja do Sagrado Coração de Jesus de Lisboa (com Nuno Teotónio Pererira e Nuno Portas) e o 1.º Prémio dos Concursos para a Nova Sé Catedral de Bragança, Novos Tribunais de Monsanto e Recuperação do Palácio do Alvito de Lisboa.

Paralelamente à sua atividade profissional como arquiteto e urbanista, foi membro da Direção do Sindicato Nacional dos Arquitetos e da Assembleia Geral do Congresso da Associação dos Arquitetos Portugueses, atual Ordem dos Arquitetos.

Foi Provedor da Arquitectura empossado a 21 de dezembro de 2011, por deliberação unânime do Conselho Diretivo Nacional.

Foi sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Urbanistas, entretanto Associação dos Urbanistas Portugueses, sendo seu Membro Honorário, e foi um importante dinamizador da criação da Associação Portuguesa de Urbanistas, seu sócio nº 1, tendo sido eleito como primeiro Presidente da Assembleia Geral, embora sem chegar a tomar posse.

É, pois, natural que, com este percurso notável, tenha sido condecorado com as insígnias de Grande Oficial da Ordem de Mérito.

Foi sempre grato pelas oportunidades que a vida lhe foi propocionando. Olhava para o planeamento e para a arquitectura como um serviço, no qual é sempre possível fazer melhor. Teve sempre uma visão ética e ponderada que se sentia mesmo quando fazia apreciações críticas, normalmente com um humor culto e subtil e usando discretamente uma sabedoria sólida.

Como se diz hoje, foi sempre muito assertivo: claro e firme na apresentação e defesa das suas ideias, mas aberto ao debate construtivo, sem dogmatismos. Foi sempre correto e sem pressa em dar uma opinião, que só dava quando a podia fundamentar. Não "achava que" mas "pensava que" e dizia porquê. Nunca quis ser um protagonista, mas estava presente quando era solicitado.

Na altura da EXPO ouvi-lhe várias reflexões sobre do tema e percebi o esforço diplomático que teve que desenvolver para trabalhar diversas opiniões, pois não acreditava numa solução de compromisso, que geraria equívocos e entorses, mas sim numa solução harmoniosa de consenso, uma subtileza importante.

A ele se deve a preservação da torre de cracking da refinaria de Lisboa, exemplo da conservação da memória. Foi o único que defendeu esta ideia e teve sucesso.

Mas o urbanismo também deve criar memórias de cidade. Lamentou que a área da Expo fosse denominada Parque das Nações. Deveria chamar-se Parque dos Oceanos…. Conseguiu contrariar a ideia de Santiago Calatrava de construir uma Alameda desde a Gare do Oriente até ao rio. Não havendo Alameda, Santiago Calatrava queria então fechar a gare do lado do Centro Comercial. Tal não aconteceu e Vassalo Rosa conseguiu assegurar a construção de uma passagem pedonal superior entre aquela gare e o Centro Comercial. Lamentou que a torre Vasco da Gama deixasse de o ser – uma torre – ao ser-lhe acrescentado um hotel, alterando-lhe a imagem, silhueta e significado.

'Não há folhas em branco', disse, sejam memórias, sejam condicionantes, sejam valores a potenciar. Sempre elogiou e mostrou consideração pelas pessoas com ideias, mesmo que utópicas, desde que tivessem capacidade de fazer e de gerir. 'O maestro não é mais importante do que o executante'.

Por último, de referir o longo percurso de conceção e construção da catedral de Bragança. Quando em 1764 Bragança se tornou prelado passando a Igreja de Miranda do Douro a concatedral (que aloja o venerado Menino da Cartolinha), faltava a catedral de Bragança da diocese que a partir de então passou a ser Bragança - Miranda do Douro. O anteprojeto só foi elaborado em 1963 e a construção foi concluída em 2001 – o projeto de uma vida. Nas palavras de Fernando Peres (crítico de arte) sobre a catedral: bela, dura e simples, evocante da melhor prosa de Torga.

Sem medo de encarar a utopia, soube liderar negociações com uma eficácia e visão que continuam a ser-nos úteis. Assumimos, Luís Vassalo Rosa, que estamos em falta relativamente ao que nos deixaste na Agenda para executar.

A Associação Portuguesa de Urbanistas e os seus membros colegas urbanistas estão-lhe gratos pelo seu empenho, dedicação e conselhos, alguns destes ainda por seguir, como seja a elaboração de um Código Deontológico da profissão.

Posso, pois, afirmar neste dia mundial do urbanismo, que a sua memória perdurará e que a sua vida constitui um exemplo de profissional íntegro e de Homem completo.



TEXTOS DE

OPINIÃO

Sara Santos Cruz

[Engenheira Civil, Centro de Investigação do Território e Ambiente / FEUP-Universidade do Porto]

‘O MUNDO AO CONTRÁRIO’ - Uma reflexão sobre as alterações climáticas e o envolvimento dos cidadãos

No passado Verão de 2019, uma onda de calor atingiu a Europa central, onde se registaram recordes históricos em várias cidades (Paris com uma máxima de 42,6ºC ou Cambridge com 38,1 ºC). A sul da Europa, nomeadamente em Portugal, o fenómeno foi contrário. Algumas previsões apontavam para um Verão quente, no entanto, o país escapou às temperaturas elevadas e viveu um período chuvoso e pouco estival.

Os fenómenos associados às alterações climáticas (AC) têm evidenciado inúmeras transformações no mundo atual. Previsões que resultam ao contrário, processos de lidar com os problemas diferentes do passado, abordagens distintas e novas formas de conhecimento. Pretendemos aqui trazer uma pequena reflexão sobre algumas dessas mudanças e contrariedades.

Novos temas, novos líderes

Ao longo da história recente, assistimos a discursos marcantes de líderes mundiais em contextos distintos. Se em Junho de 1940, num contexto de guerra, Winston Churchill se dirigia à população pela rádio afirmando ‘We shall never surrender’. Quase sete décadas depois, Barack Obama discursava em 2008, afirmando ‘Yes, we can’. Dez anos depois, na conferência mundial para as Alterações Climáticas em 2018, Greta Thunberg discursa nas Nações Unidas dizendo ‘We have not come here to beg world leaders to care. We have come to let them know change is coming’.

O perfil do líder, a natureza do discurso, a forma de comunicar e o problema mudam. O combate passa a ser de natureza ambiental, numa voz feminina jovem. Mais importante é a relação do líder com a população e a forma como o poder é exercido. O poder para liderar multidões, mudar comportamentos e atitudes passa também a ser do cidadão nesta batalha ambiental deixando de ser exclusivamente dos líderes políticos. Greta Thunberg, independentemente de todas as polémicas em seu redor, teve a capacidade de inspirar e mobilizar jovens, através das redes sociais, para se manifestarem contra as AC, exigindo políticas ambientais e ação urgente por parte dos governantes, além de ‘ter conquistado poder’ para influenciar os comportamentos da sociedade. Os jovens em mais de 112 países assumem que podem fazer a mudança e exigem ação, apontando o dedo aos líderes e governantes. Na verdade, é imperativo que o cidadão comum esteja empenhado em fazer a mudança.

Apesar do combate às AC estar presente na agenda política de grande parte dos países, a investigação aponta-nos um futuro incerto e assolador se não nos empenharmos urgentemente numa mudança de paradigma. A consciência ambiental é crescente face a eventos climáticos extremos inexplicáveis, cada vez mais frequentes um pouco por todo o mundo, e essa consciência leva o cidadão a participar mais ativamente, a agir e exigir.

A evolução histórica do debate ambiental, desde finais dos anos 80, realça sobretudo uma re-focalização das políticas do desenvolvimento sustentável (anos 90) para o baixo carbono (a partir de 2000), ou mesmo pós-carbono. Associado a este redireccionamento no enfoque das políticas ambientais, encontramos uma mudança de escala cada vez mais local, urbana, dependente da ação comunitária ou mesmo do cidadão (Pinho, 2013). Neste âmbito, o debate tem igualmente realçado a importância da ‘adaptação’ conciliada com a ‘mitigação’. A incerteza na previsão climática origina impactos repetidamente devastadores, alertando para a crescente necessidade de estarmos preparados para as AC criando territórios mais resilientes (Santos Cruz, et al. 2012).

Novos desafios, novas abordagens

Acompanhando esta transição nas últimas três décadas, novos desafios se colocam. Por um lado, os fenómenos associados às AC conjugadas com uma crescente complexidade dos sistemas socio-ecológicos leva a uma necessidade acrescida em lidar com a incerteza. Os ciclos de transformação dos territórios são mais curtos, face a rápidas e inesperadas viragens nos ciclos políticos e económicos. Ritmos acelerados que nem sempre garantem adequada e eficiente capacidade de resposta aos riscos em territórios com altos níveis de vulnerabilidade.

Por outro lado, perante a constatação de que mesmo que se conseguissem anular todas as causas das AC, os efeitos seriam sentidos por um longo período de tempo, a tónica tem vindo a ser dada na adaptação às AC, explorando novas formas de governança mais adaptativas, promovendo a resiliência nas suas várias dimensões. O conceito de governança, por si só, nem sempre tem sido apresentado como um conceito claro. Existem diferentes modelos institucionais de acordo com contextos culturais, valores, normas e práticas (Breda-Vázquez, et al., 2010). Várias narrativas têm surgido em redor deste conceito: i) salientando uma mudança de lógicas de gestão para lógicas empresariais (Harvey, 1989; Jessop, 2003); ii) enfatizando as novas relações entre os agentes e atores (McCann, 2007; Rhodes, 1996); iii) apontando uma re-organização do estado em várias escalas, trazendo novas relações territoriais (Brenner, 1999); iv) salientando o surgimento de relações diferentes entre o Estado e os cidadão com abordagens mais colaborativas (Hajer & Wagennar, 2003; Healey, 1997); ou mais recentemente abordagens que realçam a informalidade (em contextos essencialmente do Sul Global) (Robinson, 2011) ou que evidenciam a co-produção do conhecimento e na governança (Atkinson, 2018; Wyborn, 2015).

Consensual tem sido a necessidade de envolver múltiplos atores, promovendo redes e parcerias público-privadas, combinando instituições, organizações, comunidade e cidadãos consoante o momento, com interações a diferentes níveis e escalas.

Na governança dos sistemas socio-ecológicos e no debate das AC, tem-se vindo a discutir na literatura, o conceito de governança adaptativa, sendo a de Folke, et al. (2005): “um processo contínuo de resolução de problemas, no qual a organização das instituições e o conhecimento ecológico são constantemente testados e revistos num processo dinâmico, contínuo e auto-organizado de ir aprendendo fazendo”. Deste modo, trata-se de um processo de contínua aprendizagem, co-produção de conhecimento por parte dos vários intervenientes, que advém essencialmente da experimentação. É caracterizado por palavras-chave, comummente encontradas no debate da resiliência, como flexibilidade, adaptabilidade, multiplicidade, diversidade, ou informalidade, aplicando-se aos processos colaborativos, aos agentes/atores envolvidos, às formas e mecanismos implícitos na governança (Munaretto, et al., 2014; Patterson & Huitema, 2019; Rijke et al., 2012).

Estas formas governativas exigem dos cidadãos uma ação mais direta nas tomadas de decisão, na produção de conhecimento e na experimentação, incluindo técnicas e abordagens inovadoras adequadas aos problemas e situações específicas, baseando-se sobremaneira em memórias e experiências passadas. Neste sentido, salientam-se cinco atributos essenciais da denominada governança adaptativa: participação, colaboração, experimentação, aprendizagem colectiva e mútua, e finalmente, construção de conhecimento. Obviamente o caminho é ainda longo num país que só há relativamente pouco tempo tem estratégias municipais para as AC, e que apresenta forte inércia de estruturas governamentais hierárquicas, rígidas e pouco participativas, apesar de louvavelmente começarem a surgir alguns bons exemplos de mudança positiva.

Um terceiro desafio, consequente do anterior, refere-se concretamente ao papel dos cidadãos nos aspectos de governança anteriormente ressaltados: por um lado, integrando os processos participativos e/ou colaborativos com vista à tomada de decisão, e por outro lado, na produção de conhecimento. Por fim, é de salientar o desafio da integração de novas tecnologias nos vários processos de governação associados às AC. Muitas são as vantagens de recorrer às novas tecnologias em termos de recursos e tempo despendido. A sua aplicação no planeamento tem estado muito ligada a um discurso dominante na agenda política, nomeadamente na gestão urbana, o das cidades inteligentes, em que se evidencia o aumento da eficiência das cidades e a melhoria da qualidade de vida das populações. No entanto, muitas críticas têm surgido, pela constatação de que as soluções tecnológicas resultam de uma lista restrita, muito limitada em relação aos problemas urbanos reais, muito mais abrangentes, além de que os grandes problemas nem sempre podem ser resolvidos por essa via. Apesar das limitações, a utilização de tecnologia na interação com o cidadão, e na produção de conhecimento científico é uma área científica que tem vindo a despontar na literatura com bastante pertinência.

Novas formas de envolvimento dos cidadãos

Na linha do que foi referido, o conceito de ciência cidadã parte do pressuposto que os cidadãos são participantes ativos, voluntários dispostos a contribuir para a construção de conhecimento. Assume-se que a ciência cidadã tem um elevado potencial como mecanismo eficaz de resolver determinados problemas que requerem elevada recolha de dados, além de criar mais literacia e responsabilidade cívica. Não obstante o termo ter aparecido no início do século XX, a sua utilização presente implica quase que inevitavelmente

o recurso a tecnologias.

Neste âmbito, surgiu mais recentemente o termo 'citizen sensing' (ou sensorização pelos cidadãos, na tradução portuguesa) (Boulos et al., 2011; Crowley, et al., 2013), referindo-se a: cidadãos que atuam como sensores para recolher e enviar informação para autoridades/organizações responsáveis. Os cidadãos são, ao mesmo tempo, produtores e receptores de informação. Como potenciais vantagens temos a capacidade de obter informação ou dados de locais específicos em tempo real ao mesmo tempo que se podem enviar recomendações ou outros tipos de informação relevante. Resulta daqui a possibilidade de aumentar a literacia sobre AC dos cidadãos, melhoria da consciência ambiental, a inclusão dos cidadãos em questões locais, a pouca utilização de recursos na obtenção de dados (custos baixos ou irrisórios para as entidades) e uma grande partilha e transparência de informação. Podemos afirmar que o Citizen Sensing encontra de facto legitimidade e justifica-se pelo direito que os cidadãos adquirem ao contribuírem para uma governança dos benefícios e riscos que têm impacto na sua vida e bem-estar. No entanto, a sua aplicação em domínios como a governança ou o planeamento, é ainda muito limitada e as críticas e desafios são ainda substancialmente elevadas.

No âmbito das AC, esta abordagem tem suscitado inúmeros projetos de investigação, dos quais fazem parte o projeto europeu a decorrer, que tenho vindo a integrar - Citizen Sensing: Urban Climate Resilienec through a Participatory Risk Management System (FCT:ERA4CS/0001/2016 - https://citizensensing.itn.liu.se/), coordenado pela Linköping University (LiU - Sweden), tendo como parceiros a Norwegian Institute for Science and Technology (NTNU - Norway), Deltares (The Netherlands) e o CITTA - Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente (FEUP - Portugal).

Focado no desenvolvimento de um Sistema Participativo de Gestão de Risco (SPGR), que envolveu vários stakeholders de diferentes instituições e áreas, o projeto desenvolveu uma app para os cidadãos poderem reportar e receber informação em caso de evento climático extremo. Foram já realizadas algumas campanhas para avaliar a potencialidade de um sistema participativo desta natureza e testar a utilização da app, junto de diferentes grupos de utilizadores. Os resultados do projeto até ao momento, permitem-nos já elencar algumas considerações que se cruzam com limitações ou desafios encontrados na literatura.

- Desde logo, esta abordagem de obtenção de dados exige uma elevada dependência dos cidadãos, implicando da parte deles motivação em participar com empenho e rigor, para garantir continuidade, abrangência geográfica, e qualidade de dados.

- Atenção deverá ser dada à variedade de públicos chamados a participar. Diferentes grupos de cidadãos com representatividades distintas nos processos participativos, com capacidades distintas de manejar as tecnologias, com interesses variados por vezes contraditórios ou inconciliáveis entre si.

- Outra questão prende-se com a legitimidade dos dados, em que além de garantir confiança nos dados obtidos há que filtrar a informação realmente relevante, num processo de monitorização contínua. Por vezes, obtêm-se dados fragmentados e pouco precisos. A informação obtida deverá integrar um processo de aprendizagem e contribuir para produção de novo conhecimento.

- Por fim, estes mecanismos de citizen sensing devem contemplar formas de feedback aos participantes por parte das entidades responsáveis. Se o cidadão se envolveu ativamente, as autoridades têm o dever de responder em conformidade, o que requer recursos dispendiosos e compromissos, nem sempre viáveis de ser cumpridos.

Referências

Atkinson, R., Dörfler, T., Rothfuß (2018). Self-Organisation and the Co-production of Governance: the Challenge of Local Responses to Climate Change, Politics and Governance, 6(1), 169-179.

Boulos et al. (2011). Crowdsourcing, citizen sensing and sensor web technologies for public and environmental health surveillance and crisis management. Intern Journal of Health Geographics, 10, 67.

Breda-Vázquez, I., Conceição, P.,& Móia, P. (2010). Learning from urban policy diversity and complexity: evaluation and knowledge sharing in urban policy. Planning Theory and Practice, 11(2), 209-239.

Brenner, N. (1999). Globalisation as reterritorialisation: The re-scaling of urban governance in the European Union. Urban Studies, 36(3), 431-451.

Crowley et al. (2013). Closing the loop – from Citizen Sensing to Citizen Actuation. 7th IEEE International Conference on Digital Ecosystem Technologies. Access on April 7, 2016: http://140.203.154.100/sites/default/files/publications/crowleycurrybreslinieeedest.pdf

Folke, C., Hahn, T., Olsson, P., & Norberg, J. (2005). Adaptive Governance of Social-Ecological Systems. Annual Review of Environmental and Resources, 30, 441-473.

Hajer, M., & Wagenaar, H. (Eds) (2003). Deliberative Policy Analysis: Understanding Governance in the Network Society, Cambridge University Press, UK.

Harvey, D. (1989). From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. Geografiska Annaler B, 71(1), 3-18.

Healey, P. (1997). Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies. London: Macmillan.

Jessop, B. (2003). State Theory: Putting the Capitalist State in its Place. Oxford: Polity Press.

McCann, E. (2017). Governing urbanism: Urban governance studies 1.0, 2.0 and beyond. Urban Studies, 54(2), 312-326.

Munaretto, S., Siciliana, G., & Turwani, M. E. (2014). Integrating adaptive governance and participatory multicriteria methods: a framework for climate adaptation governance. Ecology and Society, 19(2), 74.

Patterson, J. J., & Huitema, D. (2019). Institutional Innovation in Urban Governance: The case of climate change adaptation. Journal of Environmental Planning and Management, 62(3), 374-398.

Pinho, P (2013) 'Cidades de Baixo Carbono: da teoria à prática', comunicação ao IV Simpósio de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e I Encontro Nacional de Tecnologia Urbana, Tecnologia e gestão para a sustentabilidade urbana, Rio de Janeiro, 6 a 8 de novembro de 2013.

Rhodes, R. (1996). The New Governance: Governing without Goverment. Political Studies, 652-667.

Rijke, J., Brown, R., Zevenbergen, C., Ashley, R., Farrelly, M., Morison, P., & van Herk, S. (2012). Fit-for-purpose governance: A framework to make adaptive governance operational. Environmental Science & Policy, 22, 73-84.

Robinson, J. (2011). The spaces of circulating knowledge: City strategies and global urban governmentality. In E. McCann and K. Ward, editors, Mobile Urbanism: Cities and Policymaking in the Global Age. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 15-40..

Santos Cruz et.al. (2012). Urban Resilience and Spatial Dynamics, Eraydin, A; Tasan-Kok, T, in Resilience Thinking in Urban Planning, Dordrecht, Springer, 53-70, ISBN: 978-94-007-5476-8.

Wyborn, C. (2015). Co-productive governance: A relational framework for adaptive governance, Global Environmental Change, 30, 56-67.



TEXTOS DE

OPINIÃO

Jorge Carvalho

[Urbanista, Universidade de Aveiro]

Planos e avaliação pública do solo

1. Valor do Solo versus Ordenamento do Território

Dois factos básicos e um imperativo a considerar, confrontando Propriedade dos Solo com Ordenamento do Território (OT):

- O valor do solo, dependendo da sua localização e características, depende também (e muito) dos usos que poderá albergar.

- Sendo a possibilidade de transformação desses usos estabelecida por plano – e pelo OT, em geral - logo se conclui que este tem uma influência determinante no valor transacionável da propriedade.

- Os planos municipais de ordenamento do território (PMOT), para cumprirem o atual quadro legal, não podem ignorar esse facto; têm de considerar as mais-valias que originam e têm de assegurar que estas sejam distribuídas de forma equilibrada e perequativa.

2. As mais-valias originadas pelos PMOT

Estabelece a Lei de Bases do Solo, Ordenamento do Território e Urbanismo (LBSOTU, art.º 64.º n.º 6) que: "Os planos territoriais … fundamentam o processo de formação das mais-valias fundiárias e definem os critérios para a sua parametrização e redistribuição".

Atualmente, como é sabido, é a edificabilidade a função que mais valoriza a propriedade.

Ora, em Portugal, a edificabilidade não está contida (pelo menos expressamente) no direito de propriedade; ela assenta e decorre de decisões da Administração.

Assim sendo, o facto fundamental a reconhecer é o de que toda a edificabilidade, admitida de forma abstrata em PMOT e permitida de forma concreta no licenciamento municipal, traduz-se em criação de mais-valias nos prédios a que se reporta.

Compete ao plano, então e desde logo, identificar/calcular as mais-valias por ele criadas, o mesmo é dizer, a edificabilidade que admite.

Estando os planos, por definição, obrigados a estabelecer usos diferenciados, logo se conclui que a edificabilidade (tal como as obras de urbanização) não se podem concretizar de maneira uniforme em todos os prédios. Para contrabalançar essa diferenciação (quando esta não decorra da situação vinculacional do solo), os planos têm de estabelecer mecanismos de compensação perequativa entre prédios. Admitindo que a compensação se possa traduzir em dinheiro, torna-se indispensável proceder a avaliação fundiária.

3. Avaliação pública do solo

No que à avaliação pública do solo diz respeito há a considerar atualmente três diplomas legais: a LBSOTU, o CE (Código de Expropriações) e o CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis).

Determina a LBSOTU, artigo 67.º n.º 2 que a avaliação (de imóveis) deve ser a mesma para os diversos fins públicos, tendo por objeto a determinação:

- Do valor fundiário para efeitos de execução dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal, na ausência de acordo entre os interessados;

- Do preço a pagar ao proprietário na expropriação por utilidade pública e na venda ou no arrendamento forçados,

nos termos da lei;

- Do valor dos imóveis para efeitos fiscais.

O CIMI e o CE deveriam, então, ser revistos, para se compaginarem de forma expressa e operativa com as disposições da LBSOTU.

Mas o que releva neste momento, enquanto tal não acontecer, é a obrigação de ir dando cumprimento à globalidade do quadro legal em vigor, não esquecendo que a Lei de Bases é uma lei de valor reforçado.

Tal avaliação pode/deve ser feita no quadro dos planos.

Sugere-se, para tal, o seguinte caminho:

1.º - Partir das disposições do Código de Expropriações (Lei 168/99, de 18/09/99, com as alterações subsequentes). Verifica-se (por aplicação do artigo 26.º, números 5, 6 e 7) que a avaliação do solo se pode traduzir na fórmula

S = (F1 + F2) x (E x C), sendo: S - valor do solo (parcela); E - edificabilidade que pode ser afeta à parcela; C - custo da construção/m2 a custos controlados; F1 - fator localização; F2 - fator grau de infraestruturação.

Procurando valores para cada um dos itens, logo se conclui que:

- Os valores de C e F2 são, de acordo com a lei, inequívocos.

- Os valores adotados para E e para F1 têm sido muito pouco consistentes, com variações que ultrapassam em muito as decorrentes da localização e especificidade de cada prédio.

2.º - Para ultrapassar a manifesta arbitrariedade praticada neste domínio e procurando que seja cumprida a globalidade do quadro legal em vigor, sugere-se que:

- O valor de E seja fixado por PMOT e em conformidade com a LBSOTU, assegurando uma distribuição perequativa da edificabilidade.

- O valor de F1 seja fixado conforme o CIMI, considerando para tal os coeficientes de localização nele previstos e que estejam em vigor para cada local.

Utilizando este método, chega-se a fórmula simples, aplicável em todo o País, que conduz a valores diferenciados para cada local. A sua explicitação, não cabendo neste artigo, será publicada noutro local.

4. Distribuição de mais-valias no quadro de PMOT

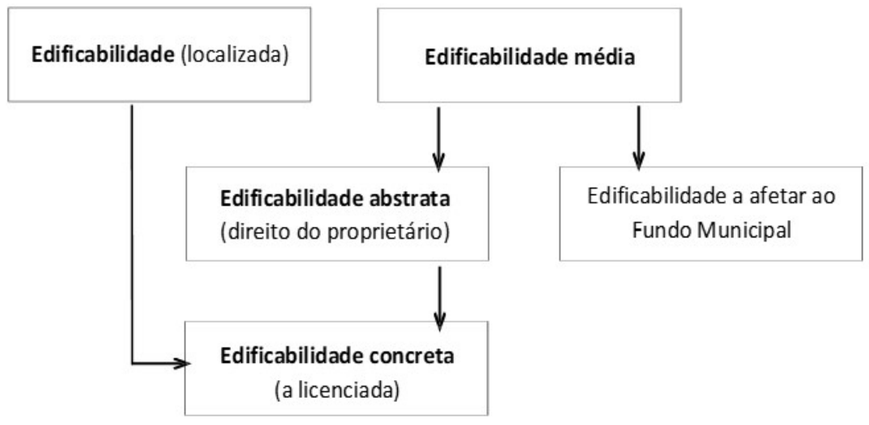
Determina a LBSOTU que:

- "As mais-valias originadas pela edificabilidade estabelecida em plano territorial são calculadas e distribuídas entre os proprietários e o Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística" (art.º 68.º n.º 2).

- "Os planos…contêm instrumentos de redistribuição equitativa de benefícios e encargos deles resultantes" (art.º 64.º n.º 2), sendo que essa redistribuição "aplica-se a todas as operações urbanísticas, sistemáticas e não sistemáticas …, concretizando a afetação das mais-valias decorrentes do plano ou de ato administrativo (art.º 64.º n.º 4).

Resulta deste articulado que os PMOT, após identificarem as mais-valias que originam (entenda-se edificabilidade), têm de a distribuir entre a função social do solo e os proprietários e têm de assegurar que a parte afeta aos proprietários seja distribuída entre eles de forma equitativa.

Esta distribuição da edificabilidade é traduzível no esquema seguinte:



Espera-se que o esquema fale por si, já que a dimensão deste artigo não permite a sua explanação detalhada.

Mas o que importa desde já relevar é que a Edificabilidade (E) a considerar na avaliação do solo (em PMOT e em processos expropriativos; referida no ponto 3) terá de ser a que corresponde ao direito abstrato do proprietário, ou seja, a edificabilidade abstrata. Só assim será possível cumprir o imperativo legal de uma distribuição perequativa da edificabilidade entre proprietários.



TEXTOS DE

OPINIÃO

Margarida Campolargo
[Arquiteta, Consultora]

Inteligentes ou humanas: cidades para as pessoas

Ao longo da história são inúmeros os visionários, artistas, filósofos e pensadores que lançam para o imaginário colectivo ideias e conceitos sobre as cidades do futuro. As utopias têm um forte ascendente sobre a concepção e materialização de soluções inovadoras: desde as famosas máquinas de Da Vinci ao entendimento da vida em sociedade. Este processo de influência, não é, por isso, novo nem recente, mas é possível, através dele, analisar a transformação das cidades no contexto de evolução tecnológica.

Os utopistas vão construindo cenários baseados no potencial subjacente ao contexto socioeconómico e à organização cultural existente, introduzindo elementos de disrupção. Seja pelo prazer do exercício, por desafios colocados pela sociedade ou, tão simplesmente, porque o futuro nos fascina, a tecnologia foi ganhando preponderância na concepção, no desenho e na transformação da cidade.

A falta de capacidade de resposta às necessidades sociais associadas a um forte aumento da população urbana e consequente diminuição da qualidade de vida dos cidadãos, gera uma expectativa por vezes desmesurada nas soluções tecnológicas.

Uma visão muito economicista, dominada pela necessidade de eficiência e eficácia e regida pela frieza de soluções puramente tecnológicas, surge no auge do processo de Industrialização, por oposição a um certo saudosismo idílico do passado. Esta visão concebe a cidade do futuro como sombria e impessoal, lançando o debate sobre o tipo de transformação urbana e de paradigmas sociais desejáveis.

A esta visão de exclusão social, contrapõe-se um movimento de cidades operárias, no início do século XIX, que tentam proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus trabalhadores, como é o caso de New Lanark, na Escócia, ou a Vista Alegre, em Portugal.

Com o final da Segunda Guerra Mundial assiste-se, pela primeira vez, a uma valorização progressiva da ciência e tecnologias da computação. A guerra dentro da guerra - entre a máquina Enigma e os criptoanalistas aliados - trouxe para a ribalta os trabalhos precursores de cientistas como Alan Turing, que formalizou conceitos algorítmicos computacionais que revelaram a capacidade e a importância de tratar dados em larga escala, lançando as bases para aquilo que hoje entendemos como uma sociedade de dados.

Esta revolução tecnológica deu lugar a avanços consideráveis transferidos progressivamente para domínios civis, nos quais a engenharia e a tecnologia passaram a desempenhar um papel mais relevante, nomeadamente pela massificação do uso de computadores.

Neste contexto surgem algumas obras relevantes sobre a visão da sociedade e da cidade do futuro, como é o caso do popular livro "1984" de Georges Orwell. Este apresenta uma visão muito diferente da desenvolvida no século XIX, que pode ser admirada nas ilustrações de Jean-Marc Côté.

A obra de Orwell inspira muitas outras expressões artísticas popularizadas até ao fim do século XX, com destaque para o cinema, com filmes que marcaram gerações como é o caso de "Robocop", "Blade Runner" ou ainda "O Quinto Elemento".

O urbanismo cinematográfico reflete, frequentemente, um distanciamento entre hierarquias sociais. Nas cidades representadas é comum observar um confinamento das classes por territórios, sendo reiteradas as narrativas centradas na perda do controle humano sobre o desenvolvimento da sociedade e da tecnologia, comprometendo a sobrevivência. Esta linha de utopias foca a escassez de recursos, a marginalização social e a insegurança promovida por um descontrolo tecnológico.

Em paralelo a estas visões literárias e cinematográficas, as vanguardas arquitetónicas e urbanísticas empenham-se em alterar estes "presságios" para a humanidade. No movimento Moderno, promovido por Le Corbusier, Wright ou ainda a Bauhaus, lançam-se as bases para uma materialização radicalmente diferente da fisionomia da cidade. Nesta época a utopia baseava-se na convicção de que era possível, e desejável, resolver os antagonismos das metrópoles através da transformação do espaço habitado, uma reorganização em profundidade que se refletiria, por sua vez, na organização social. Esta corrente tem o seu auge na construção de cidades como Brasília, hoje modelos questionáveis, mas que marcaram as posições e ideais de uma época na procura de uma convivência entre o homem e a máquina.

A defesa do direito à cidade é um tema que tem ocupado um lugar central nas últimas décadas, seja através de Henri Lefevbre ou com o prenúncio da morte da cidade tal como a conhecemos apontada por Jane Jacob.

No entanto estes esforços nem sempre foram eficazes no combate às consequências de uma crescente aproximação à cidade digital e tecnológica, muito em voga nos anos 90. O termo smart, um conceito pouco claro na literatura e extremamente flexível na sua semiótica, foi ganhando terreno e adaptando-se a várias realidades e componentes urbanos: "Smart City", "Smart Governance", "Smart mobility"…

Diante de um novo fenómeno global de cibercultura, é importante, uma vez mais, questionar e preparar o futuro, preparando uma realidade que não seja uma mera imitação da utopia vigente.

A relação entre as utopias e a construção da cidade é complexa, não cabendo neste artigo aprofundá-lo na sua totalidade. É, no entanto, importante destacar a existência clara de uma ligação entre o imaginário coletivo e a construção das nossas cidades, nas quais artes, ciência e tecnologia se refletem e inspiram mutuamente, numa procura de novos caminhos. É desta relação intensa entre várias disciplinas que surge e se acelera a inovação urbana, num contexto no qual toda a sociedade deverá estar envolvida. É importante garantir que as cidades mantenham a sua função hegemónica, respeitando, contudo, a crescente heterogeneidade de interesses, a diversidade de necessidades e a complexidade dos grupos que a compõem.

Com mais da metade da população a viver em cidades - um número que aumentará para 70% até 2050 (Nações Unidas, 2008), estes territórios têm cada vez mais desafios associados à gestão dos seus recursos humanos, naturais e tecnológicos. A complexidade dos territórios e das sociedades, associada à necessidade de dar respostas a desafios locais e simultaneamente globais, confere uma dificuldade acrescida à concepção, desenvolvimento e gestão dos territórios urbanos.

As mudanças no tecido urbano resultam de múltiplos factores globais - globalização da economia, democratização da tecnologia, evolução de modelos sociais - e podem variar dependendo da dimensão do território, do seu nível de desenvolvimento económico e de factores culturais. Contudo, as cidades concentram, de modo geral, maiores níveis de riqueza, um capital humano, científico, tecnológico e de conhecimento notáveis, uma infraestrutura sólida e um poder político cada vez mais relevante.

Com o dealbar do século XXI entramos numa sociedade apresentada por Bauman como da "Modernidade Líquida", contrapondo a um período anterior no qual a sociedade parecia ter um controlo sobre os processos. Neste novo período a fluidez das relações entre as pessoas, as ideias e as instituições criam incertezas quanto à capacidade colectiva de nos adaptarmos aos padrões sociais resultantes de uma transformação vertiginosa. A "liquefação" dos modelos sociais toca sectores como a família, o trabalho, o envolvimento político e a própria identidade criando ansiedades de diversa ordem, e levantando questões existenciais.

As cidades são, pois, chamadas a implementar novas relações de poder (políticas, económicas e sociais), a envolver mais claramente o sector público e o privado no processo de tomada de decisão no contexto de um modelo de governança mais criativo e flexível.

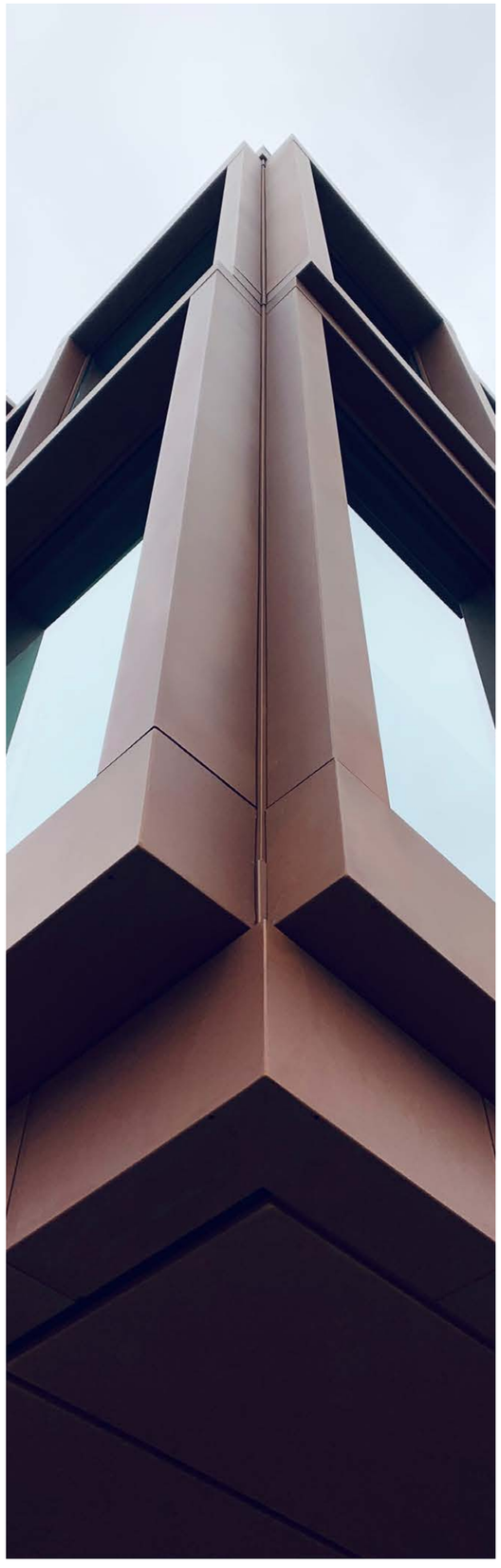
A gestão eficaz de todos os recursos postos à disposição dos cidadãos requer a formulação de políticas baseadas numa multiplicidade de dados recolhidos do mundo físico (por exemplo, distribuição de água, consumo de energia, colecta de resíduos, movimentos humanos e trânsito). Com vista a apoiar a formulação destas políticas, a criação de um modelo virtual completo da cidade física (Digital Twin) permite monitorizar e gerir a cidade em linha com a uma visão política assumida.

Apesar da importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) numa estratégia, o seu uso, por si só, não garante a inteligência de um território. Na gestão da cidade como uma entidade viva, não podemos guiar-nos unicamente por uma infraestrutura tecnológica e pela inteligência computacional resultante de processos e algoritmos implementados por uma infraestrutura cibernética, mesmo que explorando tecnologias avançadas de análise de dados e de inteligência artificial; é crucial considerarmos outros tipos de inteligência colectiva e emocional que são essenciais para um funcionamento equilibrado da sociedade.

Com as cidades a refletirem cada vez mais as desigualdades das nossas sociedades, enfrentando o desafio da promoção da equidade, a sociedade civil tem ganho, ao longo das últimas décadas, uma maior preponderância na identificação e resolução de questões urbanas, sendo envolvida como parte activa na co-produção e processo de tomada de decisão.

A inovação acontece na fronteira entre as várias disciplinas científicas, sociais, artísticas e tecnológicas, requerendo um envolvimento activo de todas as partes. As cidades que têm apresentado desenvolvimentos mais equilibrados parecem seguir um caminho claro na criação de uma consciência de responsabilidade colectiva, que implica uma maior actividade, comunicação e integração de conceitos multidisciplinares. Envolver todo o ecossistema de inovação de uma cidade - governo, academia, indústria, empresas e cidadãos- no planeamento urbano revela-se de extrema importância para garantir um desenvolvimento sustentável das cidades.

Ao planear as cidades do futuro é por isso de suma importância entender para quem as planeamos e desmistificar a utopia tecnológica associada ao termo "Smart" (Inteligente) promovendo, quem sabe, cidades mais "Wise" (Sensatas).





TEXTOS DE

OPINIÃO

Miguel Amado

[Arquiteto, Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa]

Urbanismo e alterações climáticas

O crescimento populacional que se tem verificado, e as projeções que conduzem a um limiar de mais de 9 biliões até 2050, o que resultará num aumento do número de megacidades pelos cinco continentes do planeta.

Essa realidade, tem vindo a conduzir a uma situação de desequilíbrio no planeta em termos ambientais e através da mudança do clima.

Essa mudança climática, constitui-se numa ameaça iminente e potencialmente catastrófica para a sobrevivência da espécie humana. Além disso, o aumento dos consumos de energia e a previsível queda nas reservas de petróleo, a par com a necessidade de maior produção de alimentos, não deixa antever uma melhoria do cenário de emergência.

A combinação destas ameaças globais apresenta um desafio económico e ambiental de proporções não possíveis de definir e, na falta de uma reação, com um potencial de consequências terríveis.

Daí a importância de discutir os modelos de desenvolvimento das atividades humanas sobre o território, e em particular, as modificações que essas atividades geram sobre o ambiente natural, em resultado do aumento da produção e da manutenção das fontes de energia.

À medida que a diferença entre sistemas naturais e os sistemas criados pelo homem aumenta, novas condições de desequilíbrio são geradas, conduz a que o planeamento das cidades como ferramenta de gestão e intervenção carece de resolver. Por outro lado, a inovação tecnológica e uma alteração do modelo social atual exigem um processo de planeamento mais eficaz e rápido na adaptação a novos contextos de incerteza.

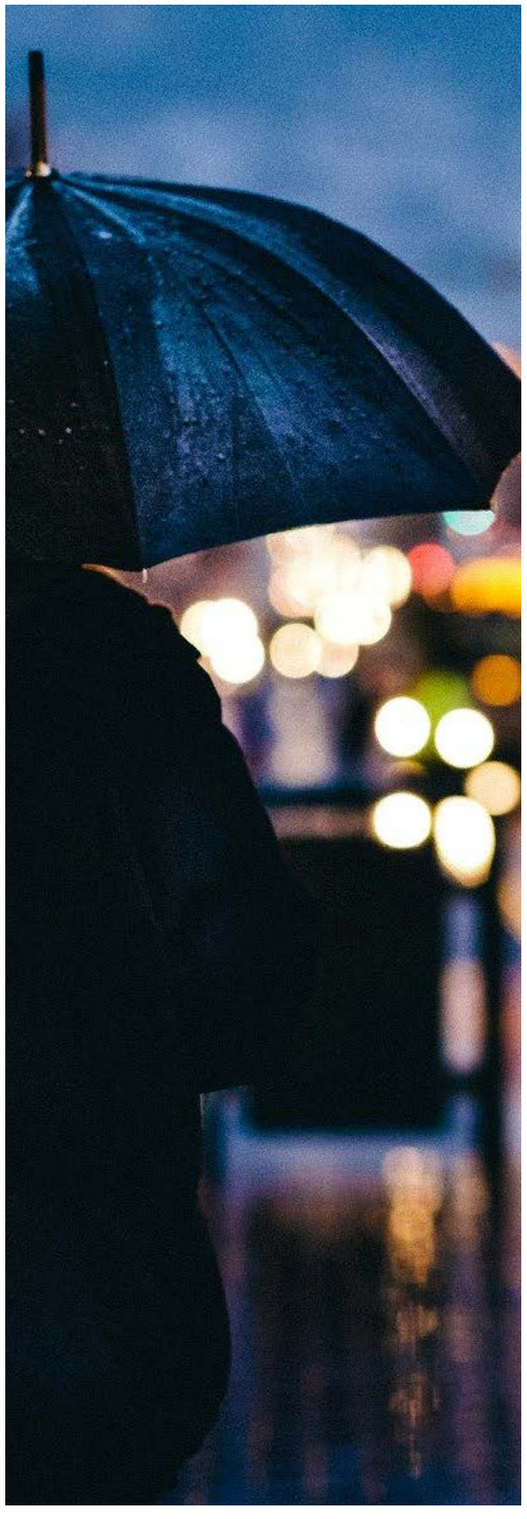
Ao mesmo tempo, no atual momento de mudança climática, os países entraram na procura de soluções em que as fontes de energia tenham por base uma origem renovável. Contudo, e não obstante a velocidade com que o conhecimento e inovação tem sido desenvolvido, o acesso a novas soluções técnicas não tem tido o resultado desejado, situação que pode vir a atrasar a alteração necessária dos atuais modelos de desenvolvimento urbano.

Os desafios que se colocam em face da urgência da resposta têm relação com o modo como vivemos, e como as nossas cidades e edifícios são construídas, o nível de eficiência que apresentam e a pegada ambiental do estilo de vida que perseguimos.

As cidades são hoje a imagem e reflexo do sucesso da humanidade no planeta, sem que isso as isente de problemas como a poluição, dificuldades de mobilidade, ruído, resíduos, quase tudo em resultado de um eneficaz planeamento e de uma ausência avaliação, por antecipação, dos efeitos de certas tomadas de decisão.

Os efeitos, já hoje conhecidos, são, períodos de seca prolongadas, inundações, perda de produção agrícola e animal, e recuo da costa. No entanto, esses episódios têm tido maior incidência em áreas do planeta com menor desenvolvimento económico e social, o que lhes reduz o impacto político nas preocupações das sociedades mais desenvolvidas e geradoras de maiores contributos para a origem dos efeitos causadores dessas ameaças sobre o clima.

A desigualdade resultante desses fenómenos cada vez mais extremos, tem exposto as vulnerabilidades e a falta de resiliência das cidades. Visível é, também, a falta de



preparação e de capacidade de adaptação e antecipação dos problemas e preparar ações de mitigação das consequências e dos efeitos das alterações do clima.

Com o movimento acentuado em direção às cidades, a dimensão das mesmas irá criar condições para o aumento da probabilidade de agravamento dos efeitos, o que requer uma resposta rápida e vigorosa das cidades. Tal é possível se, tal como Jaime Lerner (2009) afirma, as cidades não são o problema, elas são a solução", o que requer que se construa um conjunto de soluções e meios de adaptação para a transformação da cidade atual.

Assim, além de uma transformação das cidades para um urgente processo de transição energética, é necessário que o urbanismo desempenhe um papel de centralidade na construção de comunidades compactas, com a diversidade de espaços e condições para uma vida mais ecológica e com menores necessidades de mobilidade e com menores consumes de recursos naturais não renováveis.

A certeza de que não será impossível responder às mudanças do clima, é o próximo desafio que a humanidade terá que enfrentar, sendo que tal, exigirá uma alteração do modelo de desenvolvimento económico. Será necessário definir um novo modelo de desenvolvimento global, que preserve as condições de habitabilidade do planeta e assegurem condições para que as futuras gerações tenham condições para poderem vir a ter uma vida.

É, neste ponto, que o urbanismo sustentável pode ser entendido como a resposta mais eficiente e com maior capacidade de operacionalização e obtenção de resultados mais positivos. A aplicação de um processo operativo, simples e compreensível por todos os atores, será algo que conduzirá a uma maior transparência e eficácia na resposta pelas sociedades.

Assim, importa que os atores com responsabilidade para intervir na transformação das cidades, sigam um conjunto de princípios orientadores da transformação e adaptação, e minimizem os efeitos da alteração climática.

Como princípios, deve ser entendido, o conjunto de medidas seguinte:

Visão sustentável para a adaptação da cidade

Construção conjunta dos objetivos das ações de adaptação

Avaliação dos riscos e antecipação dos efeitos

Promover distâncias de deslocações pedonais

Misturar usos para a construção de parcerias

Introduzir flexibilidade nas ações de transformação

Tornar transparente a legitimidade na transformação

Assegurar eficiência e justiça nas decisões de adaptação

Tendo por base a orientação pelo potencial destes princípios, será de aguardar um resultado que conduza a um modelo de desenvolvimento mais adaptado aos contextos de incerteza que o futuro da vida no planeta pode expectar.



TEXTOS DE

OPINIÃO

José Rio Fernandes
[Geógrafo, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]

Smart cities

Pediram-me para falar de smart cities no 1º Congresso dos Urbanistas Portugueses. Obviamente que falar sobre "cidades inteligentes" não implica considerar que as cidades não o eram e vão agora passar a sê-lo ou, apenas, colocar o foco na importância dos avanços tecnológicos ou, sequer, lembrar o óbvio, que o futuro é cada vez mais urbano.

Por isso, num texto curto, organizado com os mesmo tópicos que estruturaram a intervenção que fiz, sublinho a importância da inteligência na construção de espaços urbanos melhores. O olhar é português, de geógrafo e tem a forma de opinião, em vista da impossibilidade de aqui, como lá, no congresso, acrescentar o que quer que seja de minimamente relevante ao muito do que teoricamente e tecnicamente se tem avançado a propósito do tema e das suas implicações urbanísticas, em 20 minutos ou 2000 palavras.

1. Cities

Quando falamos em cities, pensamos em cidades. Mas, o que é pior, no caso português, continuamos a ligar a ideia de cidade a um espaço que recebeu um título dum rei ou assembleia e tem um limite administrativo associado a um concelho ou conjunto de freguesias. Depois – outro problema – pensamos em cidade tomando demasiadas vezes Lisboa como referência e uma certa ideia, antiga, de que o que é grande é bom! Copenhaga não é melhor que Delhi? Aveiro não será melhor que Lisboa?

Porque não pensamos nas cidades mais pequenas, ou em cidades de diverso tipo (e diferentes lugares do mundo) à hora de discutir políticas urbanas e soluções de urbanismo? Porque, convenhamos, não basta considerar o que sabemos e lemos sobre Londres, Amsterdão, Los Angeles ou Oslo e "encolhê-lo", já que a dimensão e diversidade obrigam necessariamente a adotar soluções diferentes. Afinal, pensar pequeno e diverso pode ser bom, ajudando porventura até a encontrar soluções melhores para as cidades maiores.

Exemplos para reflexão: o Centro Multiusos de Lamego e todo o espaço urbano envolvente, não está em desajuste com cidade pequena, num evidente desperdício de dinheiro público? Não terá sido um contributo para o pioramento da nossa qualidade de vida a construção de grandes complexos escolares, favorecendo a congestão de trânsito e a subocupação de grandes imóveis em lugares cuja população diminui (que são a larguíssima maioria, lembre-se)?

Sabemos que as cidades não são autónomas. Nesse caso, para que uma cidade seja mais inteligente, temos de conseguir considerar tudo o que nela vai além dela. Então, como incorporar no urbanismo os efeitos da globalização: as migrações, o turismo e a economia das plataformas, por exemplo? Este é um dos grandes desafios para a política urbana e para o urbanismo, que questiona diretamente o urbanismo tradicional centrado em regulamentos e mapas. Estamos a responder ao desafio?

Por exemplo, a plataforma Airbnb parecia coisa de economia de partilha que prenunciava um mundo novo, mais eficiente, em que o quarto vago de alguém podia ser usado por outrem em tempo limitado, com ganho para ambos e poupança para todos. Mas, afinal, o que temos, é uma mega-empresa, a cujos dados ninguém acede e cujos impostos se pagam foram do lugar onde se gera o rendimento. E, todavia, os alojamentos temporários registados na maior de várias plataformas de alojamento provocam um brutal aumento do preço da habitação, inviabilizando o aluguer de quartos e apartamentos para residentes locais, ou estudantes, num número cada vez maior de cidades, já não apenas no seu centro, mas em periferias cada vez mais preocupantemente extensas. Que pode fazer um plano de urbanização sobre isto? Que deve o urbanismo fazer sobre isto? Como?

Há muito que falamos disso, há quase tanto tempo quanto o tempo em que sentimos a dificuldade em enfrentar as diversidades e complexidades do urbano, da articulação multi-escalar, da governança multi-agente e do recuo do Estado. Neste processo e com a crescente imprevisibilidade que marca o nosso tempo, ainda vale a pena fazermos planeamento de forma tradicional, com planos muito formais e acreditando que a crescente sofisticação das leis e dos regulamentos nos salvam? Talvez não!...

O exemplo que peço que seja considerado para reflexão – poderia ser a Airbnb! – é o das fábricas e grandes espaços comerciais que aparecem onde os planos não os preveem. Dizem os autarcas – que sabem muito sobre o que acontece (e porque acontece) – que explicitar num plano onde deve ficar um shopping ou uma fábrica é condenar a que lá não fique, pois que a menos que se domine a posse do solo, o proprietário tenderá a não vender o terreno onde prevemos tal coisa, senão por uma fortuna. Por isso, o melhor é não planear, o que é espantoso, por dizer muito sobre a incompetência do urbanismo face a algo tão essencial na organização do território como um grande complexo comercial ou uma grande fábrica (que pode até aparecer em espaço não urbanizável, problema que depois se resolve na próxima revisão de PDM, como me disse um presidente de câmara).

Além disso, cidade? Porque falamos tanto em cidade e não tanto em urbano? O que é uma cidade no Algarve? Vilamoura é uma cidade? E em todo o espaço de Setúbal e Leiria, ou de Aveiro a Braga, onde começa e acaba uma cidade? Onde acaba Porto ou Lisboa vistos no Google Earth? Porque as palavras são importantes, parece mais inteligente falarmos de urbano e, se falarmos de cidade, esquecermos pelo menos a sua associação a um lugar marcado por limites administrativos.

Para percebermos melhor o pouco inteligente que é o modo como usamos o conceito de cidade, a minha sugestão é procurar explicar a um turista que o Douro divide duas cidades, ou que Sintra não é uma cidade. Igualmente interessante é considerar-se a diversidade das realidades urbanas na sua extensão, já que uma cidade (Los Angeles) pode atingir os 80Km de extensão, ou seja, a distância de Braga a Santa Maria da Feira, e que o dobro da população de Portugal pode ser uma cidade, no caso de Tóquio.

Smart

O que é ou o que pode significar ser esperto na construção dum melhor espaço urbano? Julgo que muitos autarcas, urbanistas e outros, desde o urbano (e o rural), procuram ser espertos, sem serem verdadeiramente inteligentes, numa certa rendição ao curto prazo e ao que a moda dita.

Ora, inteligência tem necessariamente de ser vista como um processo, no que isso significa de aprendizagem e envolvimento coletivo e orientação de médio-longo prazo. Por isso, urbanismo inteligente não pode valorizar o espaço apenas como um suporte, nem tomar a imagens como base fascinante, ou procurar regras fabulosas e tecnicidades extraordinárias, mas antes setas ascendentes em caminhos diversos, porque adequados a espaços e vontades diferentes. Nesse sentido, o urbanismo está a dar grandes passos, abraçando formas colaborativas de construir o futuro que no dão esperança. Gosto muito desse percurso que está a ser traçado peplo urbanismo, na construção colaborativa de territórios desejados!

Neste processo a tecnologia é importante? Sim, sempre, claro! Mas não tomemos a tecnologia por mais do que ela é. Afinal já muitos anunciaram o "novo mundo", alguns



até o fim da cidade e nós cá estamos, mais urbanos que antes. Lembram-se, como Frank Lloyd Wright disse que as cidades já não eram modernas, porque com o telefone já não era preciso vivermos próximo uns dos outros? Ou o anúncio de Alvin Toffler duma terceira revolução nos anos 80, quando Bernard Kayser falava do "renascimento rural"? Richard Florida garantiu-nos que o futuro era dos lugares da tecnologia, dos talentosos e dos tolerantes (sem deixar pistas sobre o que acontecia em todo os outros lugares)!

Como sempre, a questão não é a tecnologia, mas a forma como a usamos e, assim vista, a tecnologia não pode deixar de interpelar os urbanistas e todos os que pretendem construir um urbano melhor, por exemplo a propósito do modo como ela permite o acesso e a gestão de informação, para sabermos mais sobre quem detém informação e como a usa e para quê.

Como sempre, na tecnologia como em quase tudo, o essencial é saber o que queremos. Senão, corremos o risco de sermos levados na corrente da novidade e no fascínio das capacidades oferecidas por mais uma novidade e mais outra e outra ainda, perdendo-nos na falta de tempo – ou capacidade – de reflexão, não apenas a propósito do "para que serve", mas, sobretudo, a propósito das suas consequências na sociedade que queremos ser. Ou seja, em suma, de tão "inovadores" e "espertos", podemos acabar por ser pouco inteligentes!

Como promover territórios urbanos melhores (porventura inteligentes)?

Antes de mais, importa admitir o risco do erro. Convém, por isso, sempre, lembrar aquele dia 15 de julho de 1972, em que o complexo residencial Pruitt-Igoe em St. Louis, Missouri (Estados Unidos) foi implodido, o qual, contudo, tinha sido construído de acordo com as regras que todos os urbanistas, nos anos 40, 50 e 60 do século XX defendiam: grandes prédios destinados exclusivamente a habitação, com arquitetura idêntica, próximos uns dos outros, servidos por autoestradas e vias rápidas, com amplos espaços verdes e afastados das áreas comerciais e industriais que propunham os princípios do funcionalismo aceites por todos, por oposição à cidade "antiga", das ruas e jardins, onde se misturavam volumes de construção e usos do solo diversos. Mas, o que era suposto ser solução, foi afinal problema e, de tão gigantesco, teve de ser implodido! Este caso, é apenas um de muitos, que passou a obrigar a uma atitude de humildade e à procura de respostas adaptadas a cada realidade específica, não já soluções de especialistas "para as pessoas", mas de conhecedores "com as pessoas".

Se o urbanismo precisa de ser inteligente, então deve antes de mais promover um processo de aprendizagem. Para aprender, nada melhor que começarmos nós, urbanistas, com boas referências. Não resisto a deixar algumas, que são as que mais me marcaram.

Começo com "Good cities, better lifes", o último livro do meu autor favorito, o grande Peter Hall: tinha que ser um geógrafo, claro! Entre os clássicos, lembro o fabuloso Patrick Geddes que há mais de cem anos dizia que o essencial era tomar cada caso como único e considerar que a cidade só pode ser entendida se for vista na sua relação com a região e o visionário Ebenezer Howard, na sua perceção multiescalar do planeamento e na sua abordagem do urbanismo como base de mudança real na vida das pessoas. Há depois, claro, Jane Jacobs, a lembrar-nos como qualquer um pode opor-se e vencer, na rua e por escrito, a teorias e engenharias, demonstrando como estas podem rejudicar o dia-a-dia concreto das pessoas. Do século passado ainda e também do outro lado do Atlântico, marcou.me um pequeno texto que li de Peter Calthorpe, a defender o "pedestrian pocket", proposta luminosa que trouxe ao centro do urbanismo contemporâneo soluções que, sob várias designações, promoveram o andar a pé e o transporte coletivo, em especial o ferroviário, numa certa revisitação da cidade-jardim de Howard, como muito bem sublinhou Peter Hall. Entre os mais recentes, julgo especialmente importante ler François Ascher e Alain Bourdin refletirmos a partir das obras de Mike Welling ou as propostas de Jan Ghel.

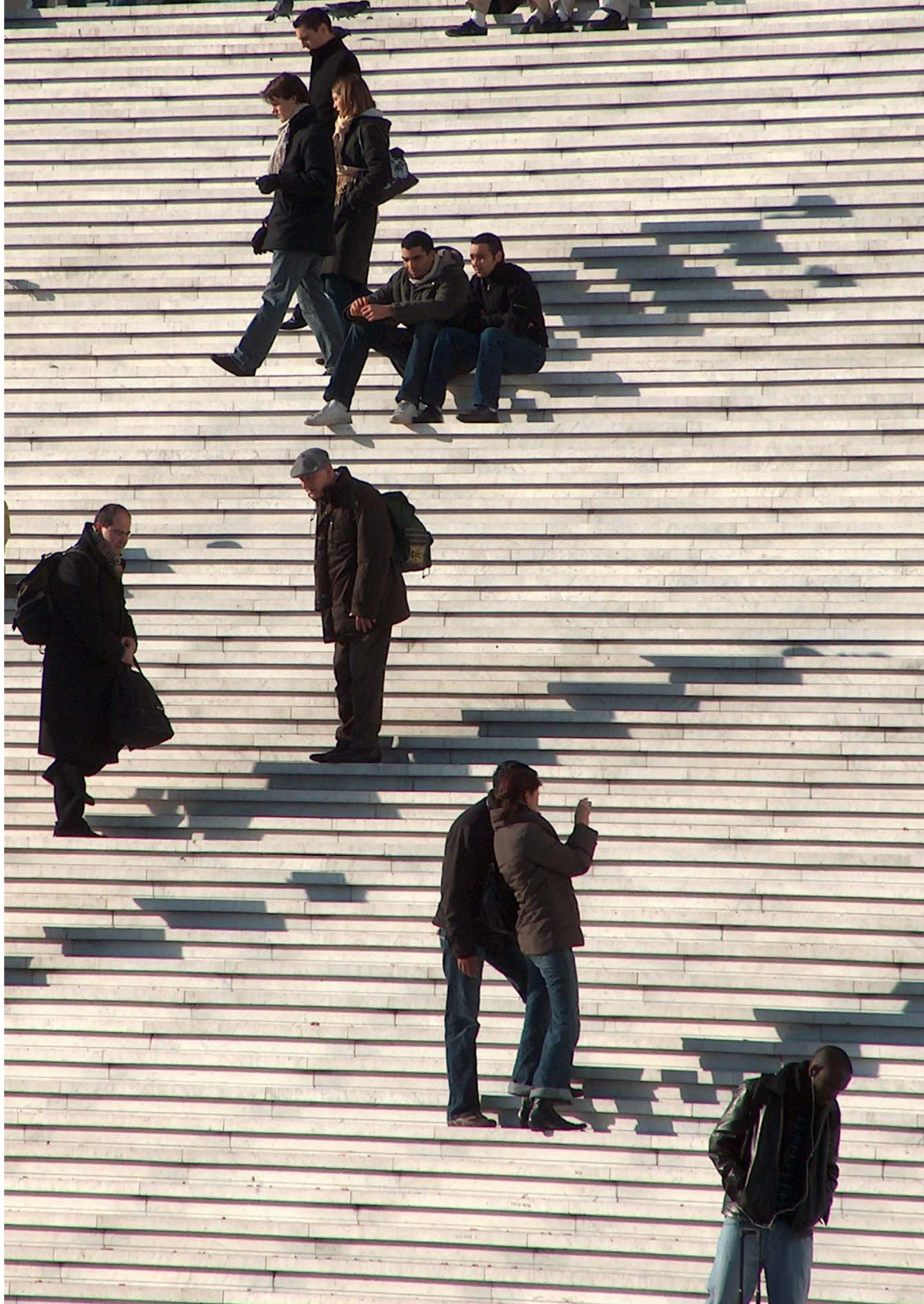
Além disso, será muito importante ouvir e observar. Aprender com as práticas, considerando sempre que estas podem ser boas para uns e menos boas para outros, inadequadas num determinado tempo ou contexto e mais adequadas noutros.

Mas, afinal, o que pode um urbanista fazer para que o urbano seja (mais) inteligente?

Do que sei, diria que um bom princípio é procurar evitar as certezas. Porque, se alguém considera saber o que é melhor para todos, em todas as cidades, na base dum conjunto de regras universais e soluções-tipo, isso só pode ser um péssimo sinal. Como se viu em Pruitt-Igoe.

Por outro lado, creio que seria ótimo que o urbanista evitasse preocupar-se tanto no cumprimento de leis, decretos-leis e regulamentos (que por vezes se contradizem uns aos outros). Por vezes rodeado de tecnologia e procurando ser muito smart, se cair na armadilha do "juridiquez", o urbanista corre o risco de se transformar num burocrata, ainda assim útil, se minimizar a lei do "mercado", ou seja, o triunfo do mais forte, pois que, na ausência de qualquer proposta, mesmo que burocrática, a alternativa seria o "território-selva", na resposta aos interesses das grandes empresas do imobiliário, retalho e serviços.

O que é e deve ser o urbanista na construção – permanente - do urbano inteligente? Alguém com amplo conhecimento geral e específico, capaz de reunir as energias e capacidades do território onde trabalha (visto como relação das pessoas e instituições com um dado espaço, na sua história e características), para ajudar a criar condições que garantam um futuro melhor a quem lá viva e vá viver, em permanência ou não.



APOIO EDITORIAL

FUNDAÇÃO
SERRA HENRIQUES

APU Associação Portuguesa de Urbanistas

Instituto Superior Técnico
Departamento de Engenharia Civil, piso 3, sala 5.33

Av. Rovisco Pais 1049-001 Lisboa
Tel: +351 218 418 028
E-mail: apurbanistas@gmail.com
Facebook: https://www.facebook.com/apurbanistas/
Instagram: https://www.instagram.com/apurbanistas/
Twitter: https://twitter.com/apurbanistas

FICHA TÉCNICA:

Título: Cadernos do urbanismo

Subtítulo: Revista da Associação Portuguesa de Urbanistas

Editor: FUNDAÇÃO SERRA HENRIQUES

Diretor(es)/Coordenador(es): Luís Pedro Cerqueira/Celso Ricardo Braz/
Paula Pacheco/João Lourenço Marques/Diogo Mateus

ISSN: 2184-6456